

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Bianca Gabriela Stroff

**Abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes e o
atendimento/acompanhamento dos autores desse tipo de violência.**

São Borja

2021

Bianca Gabriela Stroff

Abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes e o atendimento/acompanhamento dos autores desse tipo de violência.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Jaina Raqueli Pedersen.

São Borja

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S919a Stroff, Bianca Gabriela
Abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes e o
atendimento/acompanhamento dos autores desse tipo de violência
/ Bianca Gabriela Stroff.
85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2021.
"Orientação: Jaina Raqueli Pedersen".

1. Abuso sexual Intrafamiliar . 2. Autores de abuso sexual.
3. Crianças e adolescentes. I. Título.

BIANCA GABRIELA STROFF

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O
ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DOS AUTORES DESSE TIPO DE VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Serviço Social da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12/05/2021.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Jaina Raqueli Pedersen
Orientadora
UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Monique Soares Vieira
UNIPAMPA

Adriele Martins
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJRS



Assinado eletronicamente por **JAINA RAQUELI PEDERSEN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/06/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MONIQUE SOARES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/06/2021, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Adriele Martins, Usuário Externo**, em 29/06/2021, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0554021** e o código CRC **61E7DE36**.

Dedico este trabalho à construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social acerca dos autores de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTO

Nunca pensei que uma das partes mais difíceis de serem escritas no trabalho seriam os agradecimentos, acredito que não estamos acostumados a dar certa personalidade aos trabalhos acadêmicos, trazer nossas subjetividades para o centro da discussão. Quer dizer, de uma forma ou de outra, toda vez que debatemos e pensamos o modo de produção capitalista e suas expressões na sociedade, estamos também falando de nossas subjetividades e como observamos esse movimento através de um aporte teórico. Em todo caso, não falamos diretamente de nossas vidas, e sim de subjetividades gerais da classe trabalhadora que perpassam nosso cotidiano social.

Desta forma, começo agradecendo aos meus pais Aldo e Vilma. Agradeço-lhes pelo esforço que fizeram para me garantir uma formação, afinal como vocês sempre dizem “Somente o estudo não podem tirar da gente” e assim, me encaminharam a isso, para ter algo que jamais ninguém poderia me tirar. Agradeço as incansáveis vezes em que vocês tiveram que “dar um jeito” para atender às minhas necessidades, o que muitas vezes acabava passando por cima de necessidades de vocês. Dois aposentados que continuam trabalhando para complementar a renda, espero um dia poder retribuir todo o esforço que vocês fizeram!

Outra pessoa muito importante nesse processo é meu irmão Luiz Gabriel, pelas conversas, risadas e por sempre tentar ser um irmão, um amigo e uma pessoa melhor.

Com isso, gostaria de agradecer às pessoas que São Borja e a Unipampa me proporcionaram, como as moradoras do AP B.O, que sempre estiveram comigo. nas horas boas e em outras não tão boas, foram três anos de muita alegria e companheirismo, Rubya Garcia, Beatriz Alves, Carmen Borsatto, Kimberlin Valerio e Malu Graciano, para vocês o meu amor.

Gostaria de agradecer à Juliana, ao Matheus e à Myllena, que sempre estiveram ao meu lado, sem vocês essa graduação não seria a mesma. Obrigada pelas trocas, pelos momentos de crises e descontração, mas sobretudo pelo carinho que nutrimos uns pelos outros!

São tantas pessoas que perpassam nossos caminhos no decorrer da graduação, mas existem aquelas que nos marcam profundamente. Com isso,

gostaria de agradecer a Camila Telles, minha companheira. Queria dizer que se não tivéssemos o que construímos juntas, que transcende a nossa “relação conjugal”, talvez eu não estivesse realizando estes agradecimentos, obrigada pelo apoio na construção deste trabalho e principalmente pelo apoio mútuo que vivenciamos cotidianamente, amo você.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, e em especial ao Campus São Borja, que possibilitou à minha família a formação em uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade no interior do Rio Grande do Sul. Com isso, agradeço a todos os trabalhadores da universidade e em especial ao corpo docente do curso de Serviço Social, sem vocês a produção de conhecimento jamais seria viável.

A minha orientadora, a Profa. Dra. Jaina Pedersen, muito obrigada por possibilitar a materialização deste trabalho. Sempre disposta a sanar minhas dúvidas e me ajudar no que fosse possível, seus conselhos foram fundamentais.

Por fim e não menos importante, agradeço também a banca examinadora deste trabalho, a Profa. Dra Monique Vieira e a Assistente Social Adriele Martins, que aceitaram fazer parte desta construção.

Em nossa nação, uma multidão de pessoas está preocupada com a violência, mas se recusam resolutamente a relacionar essa violência ao pensamento patriarcal ou à dominação masculina.

Bell Hooks

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo verificar se as experiências de atendimento e/ou acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes contribuem para a diminuição da reincidência e o enfrentamento deste tipo de violência, a fim de oferecer subsídios teóricos práticos para profissionais e instituições da rede intersetorial comprometidos com o enfrentamento deste tipo de violência. Para compreender a totalidade do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes foram aprofundados conceitos que estão no universo desta violência, tais quais: Família, Patriarcado, Modo de Produção Capitalista, onde se observa a produção e (re)produção dessas violências, e Autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. A pesquisa que guiou este estudo foi a pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Para a coleta de dados foram utilizados a pesquisa documental e bibliográfica, e a análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo de Minayo (2002). Para guiar a pesquisa em sua análise sobre a realidade foi utilizado o método dialético crítico, baseando-se nas categorias: historicidade, contradição, mediação e totalidade. Através do estudo foi possível observar como as relações de violência são advindas da sociabilidade dos sujeitos que é produzida e reproduzida pela estrutura e superestrutura do capital. Ao descobrir isso foi possível também desmistificar a ideia que se tem do/a autor/a do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, vistos como sujeitos imorais, monstruosos e desumanos, entendendo assim que esses sujeitos produzem e reproduzem relações estruturais em menor ou maior grau. A pesquisa reuniu sete experiências de atendimento/acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, e através delas foi possível observar a potencialidade de intervenções do tipo para futuras ações. O acompanhamento/atendimento desses/as autores/as da referida violência ainda são pioneiros em território nacional, apontando assim para a necessidade tanto de produções sobre o tema como experiências com os/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes.

Palavras-Chave: Família, Patriarcado, Abuso sexual intrafamiliar, Modo de Produção Capitalista, Autores/as de abuso sexual intrafamiliar.

RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión del Curso tiene como objetivo verificar si las experiencias de atención y / o seguimiento por parte de los autores de abuso sexual intrafamiliar de niños y adolescentes contribuyen a la reducción de la reincidencia y el enfrentamiento de este tipo de violencia, con el fin de ofrecer una oferta teórica y práctica. subsidios para profesionales e instituciones de la red intersectorial comprometidos con el abordaje de este tipo de violencia. Con el fin de comprender la totalidad del abuso sexual intrafamiliar de niños, niñas y adolescentes, conceptos que forman parte de este universo de violencia, tales como: Familia, Patriarcado, Producción Capitalista , donde se observa la producción y (re) producción de dicha violencia, y Autores de abuso sexual intrafamiliar contra niños, niñas y adolescentes. La investigación que guió este estudio fue una investigación cualitativa exploratoria. Para la recolección de datos se utilizó la investigación documental y bibliográfica, y el análisis de datos se realizó a través del análisis de contenido de Minayo (2002). Para orientar la investigación en su análisis de la realidad se utilizó el método dialéctico crítico, basado en las categorías: historicidad, contradicción, mediación y totalidad. A través del estudio se pudo observar cómo las relaciones de violencia provienen de la sociabilidad de los sujetos que es producida y reproducida por la estructura y superestructura del capital. Al descubrir esto, también fue posible desmitificar la idea del autor del abuso sexual intrafamiliar de niños y adolescentes, vistos como sujetos inmorales, monstruosos e inhumanos, entendiendo así que estos sujetos producen y reproducen relaciones estructurales a un menor o mayor grado. grado. La investigación recogió siete experiencias de asistencia / seguimiento de autores de abuso sexual intrafamiliar contra niños y adolescentes, y a través de ellas fue posible observar el potencial de intervenciones de este tipo para acciones futuras. El seguimiento / atención de estos perpetradores de la referida violencia son aún pioneros en el territorio nacional, lo que apunta a la necesidad tanto de producciones sobre el tema como de experiencias con los perpetradores de abuso sexual intrafamiliar de niños, niñas y adolescentes.

Palabras clave: Familia, Patriarcado, abuso sexual intrafamiliar, modo de producción capitalista, autores de abuso sexual intrafamiliar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico: Violência Sexual Intrafamiliar.....	54
Figura 2 – Gráfico: Abuso Sexual (Estupro) de crianças e adolescentes por sexo e idade.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre as características da Violência Sexual 2011-2017.....	51
Tabela 2: Dados sobre a violência sexual de crianças e adolescentes.....	53
Tabela 3:Características Sociodemográficas de Crianças vítimas de Violência Sexual.....	55

LISTA DE SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescentes

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Os Procedimentos Metodológicos Da Pesquisa	19
1.3 Tipo de Pesquisa	22
1.4 Procedimentos: Técnicas e Instrumentos	23
1.5 Universo e Amostra	23
1.7 Socialização dos Resultados	28
2. FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES	29
2.1 A evolução histórica da família e o surgimento do Patriarcado	29
2.2 Sociedade Capitalista e Patriarcal	36
2.3 A família enquanto espaço de reprodução de violências	39
3. MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	45
3.1 Contextualizando a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	45
3.2 O abuso sexual intrafamiliar	49
4. AUTORES/AS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	59
4.1 Reflexões acerca dos/as Autores/as de Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e Adolescentes	60
4.2 Características e Experiências de atendimento/acompanhamento com Autores/as de Abuso Sexual Intrafamiliar	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	84
ANEXOS	85

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e Adolescentes e o Atendimento/Acompanhamento dos Autores desse tipo de Violência*, tem como objetivo geral verificar se as experiências de atendimento e/ou acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes contribuem para a diminuição da reincidência e o enfrentamento deste tipo de violência, a fim de oferecer subsídios teóricos práticos para profissionais e instituições da rede intersetorial comprometidos com o enfrentamento deste tipo de violência.

É sabido que a violência sexual contra crianças e adolescentes se manifesta de diferentes formas na sociedade, tendo como principal característica a violação dos direitos destes sujeitos. Observa-se, que crianças e adolescentes estão em momento de crescimento e desenvolvimento, e por isso, entende-se que é papel do Estado, da família e da sociedade garantir a sua proteção (BRASIL, 1988). Desta forma, a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a realidade pode contribuir para subsidiar a construção de respostas para o enfrentamento de fenômenos presentes na sociedade, como a violência sexual contra crianças e adolescentes, com vistas a construir uma sociedade mais justa e igualitária, sem dominação e exploração dos sujeitos, conforme prevê o Código de Ética dos/as profissionais Assistentes Sociais.

O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é pauta nas agendas públicas nacionais, estaduais e municipais, visando monitorar e criar estratégias para seu combate. É sabido que estratégias como campanhas de conscientização sobre a violência sexual, o acompanhamento das vítimas da violência, e a responsabilização dos/as autores/as desta violência, bem como outras iniciativas e experiências são cruciais e necessárias, mas se tornam insuficientes devido a complexidade do fenômeno. É preciso ir para além das práticas reparatórias, sendo necessário a ampliação dos serviços oferecidos com vistas a possibilitar, por exemplo, o atendimento/accompanhamento de autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes, objeto de estudo deste trabalho.

É sabido que a violência é uma construção social que se manifesta através das relações sociais que permeiam o ser humano e sociedade. A violência não é constitutiva do ser social, mas sim fenômeno social e histórico, produzido pelos

sujeitos na sociedade. Ou seja, a violência não é de natureza humana e sim resultado do movimento da sociedade em suas condições sociais, culturais, éticas, econômicas de um contexto histórico da sociedade (VIERA, 2015). Por isso é indispensável pensar a violência sexual e o abuso sexual contra crianças e adolescentes a partir das bases materiais e concretas que as constituem dando destaque para os determinantes sociais particulares da sociabilidade capitalista.

Neste trabalho, tornou-se imprescindível a construção de um panorama para compreender como a violência sexual e de forma particular o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é produzido e reproduzido socialmente. Por se delimitar ao abuso sexual intrafamiliar, uma das categorias observadas é a Família Burguesa, observando que esta não é estruturante da família brasileira, dado o contexto sócio-histórico do Brasil, entretanto os valores e a organização da família burguesa operam ideologicamente no cotidiano das distintas famílias brasileiras. Logo, compreender como opera o modo de produção capitalista e seus aparatos ideológicos como a família burguesa, é fundamental para observar como se dão as formas de violência no núcleo familiar. Relações hierárquicas, adultocêntricas, e patriarcais, movimentam-se na sociedade e na família, gerando conflitos e violências.

Desta forma, compreender a concepção histórica da família, como o modo de produção capitalista opera sobre os sujeitos através de relações de opressão, dominação e exploração, e, como essas relações imperam sobre os/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes é imprescindível para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. Dado este panorama, entende-se que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser realizado também através do atendimento/acompanhamento aos/as autores/as desta violência, afinal, esses sujeitos são indivíduos socializados em uma sociedade que produz e reproduz desigualdades, como por exemplo, desigualdade de classe, de gênero e de raça/etnia, o que impacta na forma como pensam e agem na vida cotidiana. Além disso, considerar a importância e a necessidade do atendimento aos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar é reconhecer o que há em comum entre estes e as vítimas, ou seja, o gênero humano.

Assim, considerando os elementos acima, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: *Como o atendimento e acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes pode contribuir para a diminuição da*

reincidência e o enfrentamento deste tipo de violência? Visando auxiliar no processo de pesquisa, foram elaboradas três questões norteadoras: Quais são as principais determinações do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? Quais são as características dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? Que experiências de trabalho junto à autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes vêm sendo desenvolvidas por profissionais em instituições comprometidas com o enfrentamento deste tipo de violência?

Os objetivos específicos centram-se em: Identificar as principais determinações do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes; analisar as características dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes e refletir sobre as experiências de trabalho no que diz respeito ao atendimento e acompanhamento de autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A importância da pesquisa para o Serviço Social é incontestável, pois através dela é possível debruçar-se sobre a realidade (delimitada) e desvendar os fenômenos sociais presentes na sociedade, possibilitando assim a construção de reflexões teórico-práticas que possam subsidiar a construção de estratégias para o enfrentamento às diversas expressões da questão social, neste caso em específico o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes. É sabido que as inquietações e questionamentos acerca do objeto de pesquisa se dão a partir de indagações da realidade, ou seja, do meio social concreto.

Dessa forma, a delimitação deste estudo se deu por inquietações objetivas e subjetivas que buscam compreender como se manifesta a violência sexual contra crianças e adolescentes e quais as formas de enfrentamento presentes hoje na sociedade, dando-se destaque para o atendimento/acompanhamento de autores de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A pesquisa teve como intuito fomentar maiores aproximações com o tema, não só numa perspectiva individual como também para o conhecimento coletivo, marcando seu caráter contínuo e para além da produção acadêmica, observando a relevância social da produção acadêmica sobre os fenômenos que perpassam a sociedade. Como observa Silva (2007) é papel do/a Assistente social ir para além dos conhecimentos estabelecidos, é necessário participar da construção das transformações sociais de modo que a pesquisa em que se articulam conceitos

teórico-práticos tem papel fundamental nas transformações da realidade.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, que abarca também o percurso metodológico da pesquisa, o Método e suas categorias, Tipo de Pesquisa, Técnicas e Instrumentos, Universo e Amostra, Análise e Tratamento dos Dados e Socialização dos Resultados. Referencial Teórico, que divide-se em dois capítulos e Análise de Dados, seguidos das Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

Para a abordagem do referencial teórico que visa dar subsídios para a contextualização do trabalho e a análise de dados, foram destinados os capítulos dois e três.

Desta forma, o segundo Capítulo visa discorrer sobre a construção social da “Família e suas Transformações”, o capítulo divide-se em três subitens: A Evolução Histórica da Família e o surgimento do Patriarcado; Sociedade Capitalista e Patriarcal, e por último, A família enquanto espaço de reprodução de violências.

O terceiro capítulo teve por objetivo pensar as “Manifestações da Violência contra Crianças e Adolescentes”, observando a violência como um fenômeno multifacetado, o capítulo subdivide-se em: Contextualizando a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, e, O Abuso Sexual Intrafamiliar.

O quarto capítulo se destina à análise de dados da pesquisa, e visa discorrer sobre os “Autores/as de Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes”, o capítulo divide-se em: Reflexões acerca dos/as Autores/as de Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e Adolescentes, e, Características e Experiências de Atendimento/Acompanhamento de Autores/as de Abuso Sexual intrafamiliar.

As considerações finais objetivam recuperar algumas reflexões realizadas no decorrer do trabalho, como também os limites e possibilidades para a realização da pesquisa. Além disso, destina-se a pensar os resultados encontrados e possíveis proposições sobre o assunto para profissionais comprometidos com o enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

No item referências estão todas as obras utilizadas neste trabalho, em Apêndices está o quadro de obras e o roteiro de análise utilizado na análise de dados, e por último encontram-se os Anexos onde está disponibilizado um Instrumento - SVR. 2.0¹ - relatado em um artigo analisado na análise de dados.

¹ Maior explanação na página 71 deste trabalho.

1.1 Os Procedimentos Metodológicos Da Pesquisa

No Serviço Social a pesquisa tem papel fundamental tanto no cotidiano profissional quanto no processo evolutivo da profissão, visto que o movimento de reconceitualização só foi possível através de mudanças que possibilitaram repensar o modo de atuação profissional e esse processo foi realizado pelo movimento da pesquisa. Deste modo, a pesquisa “[...] é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho” (BOURGUIGNON, 2005 apud. BOURGUIGNON, 2007, p.49). Assim, é indissociável a realização de pesquisa em Serviço Social, observando sempre seu caráter interventivo sobre as expressões da questão social.

Há que se considerar que as pesquisas em Serviço Social têm contribuído para avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos, na construção da proposta curricular e definição dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, na consolidação do projeto ético-político profissional, entre outros aspectos (BOURGUIGNON, 2007, p.47).

Assim, ressalta-se a importância da pesquisa para o Serviço Social como produção de conhecimento, pois é sabido que assim como o movimento histórico decorre de forma constante, é necessário que a profissão acompanhe esse movimento.

Pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas, no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão (GATTI, 2002 apud. BOURGUIGNON, 2007 p.49).

É notório a importância da pesquisa tanto para a produção de conhecimento que possa auxiliar a materialidade da intervenção profissional, quanto para o desenvolvimento da sociedade, objetivando a produção de conhecimento como ferramenta de potencialidade na desmistificação de conceitos presentes na sociedade, como também a produção de novos conhecimentos. A produção de

conhecimento deve corresponder com os apontamentos tecidos no Projeto Ético Político da profissão, visando a materialização de um projeto societário livre de dominação, exploração e opressão dos sujeitos.

Desta forma, para a produção deste trabalho será apresentado os caminhos que foram percorridos, ou seja, a metodologia da pesquisa. Nesse sentido, é importante ressaltar que “a metodologia explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela” (MINAYO, 1994, p. 22).

Para a construção da pesquisa é necessário definir caminhos para a obtenção dos resultados e para isso é preciso estabelecer um método para a materialização do estudo, desta forma “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p.8). Como também Marconi e Lakatos (2003) explicam dizendo que o método pode ser definido como um conjunto de atividades organizadas de forma sistêmica, que permite com maior segurança alcançar os objetivos ao traçar o caminho a ser seguido, observando possíveis erros e auxiliando nas decisões.

Desta forma, o método utilizado na pesquisa foi o método dialético-crítico, observando o processo dialético como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1998, p.8). Gil (2003) explica que a dialética fornece as bases para a interpretação da realidade, é sabido que a dialética “estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL, 2003, p.14).

Assim, a escolha do método-dialético se dá pela intenção de analisar o fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes a partir de diversos elementos que o constituem, pois como diz Gil (2007, p. 32) a dialética “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente [...]”. Diante disso, foram elencadas algumas categorias centrais do método-dialético para maior apreensão da realidade.

A **historicidade**, que segundo Kosik (1976, p. 42) “pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos

sociais que constituem a realidade”. Desta forma, observa-se o desejo de compreender a dialética dos processos que compõe o tema, como o fenômeno da violência e do abuso sexual contra crianças e adolescentes como um todo, envolvendo os autores/as desta violência e seu acompanhamento como forma de enfrentamento a esta violência.

Pela categoria **contradição** presume-se que para entender determinados fenômenos é preciso partir de suas contradições para através da mediação realizar conexões com os fenômenos contraditórios, pois como explana Konder (1998, p. 49) “As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias”, assim observa-se a necessidade do estudo sobre estas “unidades contraditórias” para a compreensão dos fenômenos.

Segundo Konder (1998), a categoria **mediação** é visualizada através de dois aspectos, a dimensão imediata que é o que se percebe em primeiro momento, e a dimensão mediata, que se dá através do processo de descobrimento, onde realizamos o movimento de construir e reconstruir aquilo que foi visto primeiramente de forma imediata. Esse processo é realizado em todo o curso do estudo, onde primeiramente compreende-se os fenômenos de determinada maneira e posteriormente as particularidades do fenômeno, esse processo é realizado pela mediação, pois sem ela é impossível fazer os possíveis ligamentos entre historicidade, contradição e totalidade.

A categoria **totalidade**, que é o apanhado de todos esses processos, compreendendo o fenômeno da violência sexual e o abuso sexual contra crianças e adolescentes como processos também derivados da estrutura social, a responsabilização dos autores/as de violência sexual para além da responsabilização penal, observando como o acompanhamento aos/as autores/as pode contribuir para a diminuição da reincidência e enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desta forma, objetiva-se apreender vários aspectos que constituem o tema em estudo, visto que a totalidade é materializada através de múltiplas determinações que estão sempre em movimento e a síntese desse processo, como explana Konder (1998, p.37) é

[...] a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é

chamada totalidade.

Neste sentido, torna-se imprescindível a compreensão das categorias do método-dialético para a execução de qualquer trabalho em que objetiva-se compreender os fenômenos de forma crítica, entendendo que na estrutura social nada é derivado do simples existencialismo, e sim de um complexo de complexos.

1.3 Tipo de Pesquisa

A formulação da pesquisa teve o intuito de realizar “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 1999, p.42)

A pesquisa é qualitativa de cunho exploratório, caracterizando-se pela busca em aprofundar os fenômenos para além da aparência, compreendendo os acontecimentos que permeiam as trajetórias dos sujeitos, indo além da quantificação (MINAYO, 2002).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como uma parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2002, p. 21).

A pesquisa buscou compreender as particularidades do fenômeno do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, compreendendo como a estrutura capitalista produz e reproduz esses processos de violência. Com isso analisar o universo dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, como também as potencialidades dos acompanhamentos/atendimentos destes/as autores/as para o enfrentamento desta violência. Também se caracterizou como exploratória por buscar uma aproximação com a temática com vistas a aprofundar o conhecimento sobre o assunto a ser abordado (GIL, 2008)

1.4 Procedimentos: Técnicas e Instrumentos

Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário a delimitação de técnicas e instrumentos que vão orientar a coleta de dados/informações. Esses dois conceitos estão intrinsecamente relacionados, visto que as técnicas correspondem aos materiais e ferramentas e o instrumento aos meios para a realização da coleta de dados.

Consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados (MARCONI, LAKATOS, 2003,p.222).

Nesse sentido, as técnicas correspondem a pesquisa documental e bibliográfica. O que difere a pesquisa bibliográfica da pesquisa documental é que a pesquisa documental “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 174), e a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p.50). O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o roteiro norteador, composto por perguntas que visam responder os objetivos do estudo.

1.5 Universo e Amostra

O universo de uma pesquisa “ consiste explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.223). Neste sentido, o universo escolhido foram artigos científicos, documentos nacionais e livros que trazem a explanação sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e autores/as de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A amostra é baseada nas obras escolhidas do universo sendo “O conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 223). A amostra utilizada foi a não probabilística do tipo intencional, que se caracteriza por critérios definidos pelo/a próprio/a autor/a. (MARCONI, LAKATOS, 2003). Na amostragem bibliográfica foram utilizados artigos científicos e livros sem delimitação

temporal, visto a incipiência de materiais. Foram escolhidos materiais que discutem a violência sexual contra crianças e adolescentes enquanto um fenômeno social e histórico, e nesse sentido, que aboram aspectos como o patriarcado, machismo, adultocentrismo e gênero, como também, autores/as de violência sexual contra crianças e adolescentes e aspectos biopsicossociais. Para a pesquisa documental foram utilizados relatórios de diferentes órgãos e instituições que apresentam indicadores sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e planos nacionais e estaduais sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas ferramentas Google Acadêmico e plataforma Scielo, utilizando descritores como: ressocialização de autores/as de abuso sexual de crianças e adolescentes; atendimento de abusadores sexuais de crianças e adolescentes; grupos para abusadores sexuais de crianças e adolescentes; violência sexual contra crianças e adolescentes; abuso sexual e patriarcado.

Critérios de inclusão: Materiais que tragam dados estatísticos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos 15 anos; materiais que problematizam a violência sexual contra crianças e adolescentes como um fenômeno social, ou seja, determinado socialmente; materiais que desenvolvam reflexões acerca dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, que discutam o acompanhamento a autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes e que relatem práticas de atendimento de autore/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Critérios de exclusão: Materiais que discutam a violência sexual contra crianças e adolescentes sem aprofundamento no abuso sexual; materiais que problematizam a violência sexual contra crianças e adolescentes como um problema da natureza humana ; materiais que não abordam o atendimento e/ou acompanhamento de autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Para a análise bibliográfica foram utilizados os seguintes materiais:

Quadro 1: Amostra da Pesquisa bibliográfica.

Nº	Título	Autoria	Ano	Tipo de Produção	Área de Conhecimento	Forma de acesso
----	--------	---------	-----	------------------	----------------------	-----------------

1	Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Responsabilização e atendimento psicoterapêutico.	Benedito R. dos Santos, Karen M. Esber, Izabele B. C. Santos	2009	Livro	Psicologia	Material
2	Adulto autor de violência sexual: estudo exploratório de avaliação de risco de reincidência.	Matheus de Costa Farage Fonseca, Cássio Bravin Setubal, Liana Fortunato Costa	2019	Artigo	Psicologia	Online - Google Acadêmico
3	Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar	Lucilene Paiva da Costa, Carlos Joaquim Barbosa da Rocha, Líliã Chaves Cavalcante	2018	Artigo	Psicologia	Online - Scielo
4	Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar	Fernanda Figueiredo Falcomer Meneses; Lucy Mary Cavalcanti Stroher;	2016	Artigo	Psicologia	Online - Scielo

	contra crianças e adolescentes	Cássio Bravin Setubal; Lana dos Santos Wolff; Liana Fortunato Costa				
5	O Psicodrama E O Atendimento Aos Autores De Violência Sexual	Mônica Barcellos Café, Nilton Inacio do Nascimento	2012	Artigo	Psicologia	Online - Scielo
6	Quando Os Donos Da Mordaça Falam – Abuso Sexual E Masculinidades Na Perspectiva Dos Autores	Natâ Souza Lima	2013	Artigo	Ciências Sociais	Online – Google Acadêmico
7	Grupo Multifamiliar: Uma Proposta De Intervenção Psicossocial Com Adolescentes Autores De Violência Sexual	Kárita Rachel Pedroso Bastos, et al.	2019	Artigo	Serviço Social	Online - Google Acadêmico

Fonte: Sistematização da Acadêmica (2021).

Nas bibliografias analisadas observa-se que a área de conhecimento da maioria dos materiais é a Psicologia, o que evidencia a pouca expansão do tema sobre as demais áreas, apenas um material é de Ciências Sociais. Outra característica importante é que três produções (7, 4, 2) têm a incidência de um/a ou mais autores/as nas mesmas produções, mesmo elas desenvolvendo aspectos diferentes do acompanhamento.

Os documentos utilizados na pesquisa foram: Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (2019), Relatório Disque Direitos Humanos (2019), 27º Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). Esses documentos deram subsídios para as análises que foram tecidas no decorrer do capítulo quatro.

A Análise de dados baseia-se no apanhado de informações sobre determinado tema, resultando na captação de dados, como explica L. Aires

A redução de dados implica a selecção, focalização, abstracção e transformação da informação bruta para a formulação de hipóteses de trabalho ou conclusões. A redução de dados realiza-se constantemente ao longo de toda a investigação. Estes dados podem ser reduzidos e transformados, quantitativa ou qualitativamente, de forma diferente.” (AIRES, 2015, p. 46)

Essa análise é organizada em três fases, na primeira é feito a busca, leitura e organização dos materiais que serão utilizados na pesquisa, a segunda fase é destinada a materialização do que foi organizado na primeira, ou seja, começa-se o processo de utilização e articulação do que foi organizado na primeira fase, sendo esse o processo mais longo, e por último a terceira fase, que se destina ao desvendamento e análise dos dados obtidos (MINAYO, 2001).

Desta forma, foi realizado o levantamento de documentos e bibliografias ligadas à temática para realizar a análise de conteúdo, onde se busca dar materialidade ao objetivo da pesquisa, visto que através da análise de conteúdo pode-se encontrar as respostas para as hipóteses estabelecidas no projeto de pesquisa (MINAYO, 2001).

1.7 Socialização dos Resultados

A socialização do presente trabalho, se dará pela apresentação no componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso II”, também será disponibilizado de forma digital na Biblioteca da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, assim como no Acervo Digital do Diretório Acadêmico de Serviço Social – DASS da respectiva universidade. Nesse sentido, é importante ressaltar a importância da socialização das produções científicas, observando seu caráter contínuo e para além da universidade.

O presente trabalho, foi elaborado respeitando os pressupostos éticos que constam também na Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, onde dispõem sobre os direitos autorais e suas providências, observando-se também a importância da fidedignidade da coleta de dados.

2. FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Considerando que o tema de estudos nesta pesquisa é o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, ou seja, um tipo de violência sexual que ocorre no âmbito das relações familiares, envolvendo, principalmente, adultos com laços sanguíneos ou de afeto em relação a crianças e adolescentes, cabe aqui uma discussão sobre família. Por ser uma instituição complexa, que tem uma origem histórica e cumpre diversas funções na sociedade, sendo estas analisadas por diferentes áreas do conhecimento, cabe aqui uma delimitação dos aspectos que serão abordados.

Nesse sentido, faz-se um resgate histórico das diferentes formas de famílias que surgiram ao longo do tempo, as quais possuem características particulares de acordo com as necessidades e possibilidades que se apresentavam para a sociedade humana, em diferentes momentos da história. Como refere Toledo (2007, p. 15), “a família reflete e é o reflexo das mudanças que ocorrem na sociedade, o que a torna uma das manifestações importantes da vida social”.

A partir deste resgate histórico, dá-se destaque para a família que resulta da sociabilidade burguesa, cumprindo papel fundamental na reprodução social dos sujeitos que compõem esta sociedade. Fala-se portanto, da família nuclear burguesa, constituída pela monogamia e pelo patriarcado, “[...] necessários para a reprodução de uma ordem assentada na exploração da força de trabalho e na acumulação do capital” (TOLEDO, 2007, p. 18).

2.1 A evolução histórica da família e o surgimento do Patriarcado

A (re)construção do conceito de família acompanha os diferentes momentos históricos, isto é, no decorrer dos séculos estuda-se que existiram distintas formas de organização em grupos, onde estes grupos organizavam-se de maneira a garantir sua subsistência pessoal e coletiva, como a perpetuação da espécie. De acordo com Engels (2020), o início dessa construção se deu em três períodos históricos chamado de “Estágios Pré-Históricos de Cultura”, onde estes estão divididos em: Estado Selvagem, Barbárie e Civilização.

Neste sentido, Engels (2020) através de sua leitura de Lewis H. Morgan, que faz um resgate histórico das organizações sociais em “A Sociedade Antiga”(1877), sinaliza os períodos de Estado Selvagem, Barbárie e Civilização, como

correspondentes de mesma ordem à Família Consanguínea, Família Punaluana e Família Sindiásmica.

No Estado Selvagem em sua fase inicial, os sujeitos vivem principalmente em árvores devido a coabitar em espaços com animais grandes e selvagens, alimentando-se de frutos, raízes, nozes e começam a desenvolver formas linguísticas. Na fase média, ao desenvolver habilidades com o fogo e se alimentar também de animais aquáticos, é possível a expansão do espaço terrestre visto que os sujeitos não dependiam apenas de locais que fornecessem raízes, frutos e nozes, além disso é nesse período que começa a caça de animais. Com a caça de animais e a expansão terrestre, se inicia a fase superior do estado selvagem, onde surge o aprimoramento das ferramentas de caça, a produção de materiais de cerâmica e tecidos, dando indícios para residências fixa e a passagem para a barbárie (ENGELS, 2020)

Observa-se, que nesse processo de formas de subsistência, existem também as relações pessoais entre os grupos, é nesse período, de Estado Selvagem que há a família consanguínea, onde é estabelecida como sendo a primeira expressão do conceito de família. Na família consanguínea, os sujeitos se relacionam com indivíduos de sua mesma geração, ou seja, "Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos, entre si, irmãos e irmãs e, por isso mesmo, maridos e mulheres uns dos outros" (ENGELS, 2020, p.42). Desta forma, sendo proibido apenas a relação de matrimônio entre gerações, como entre pais e filhos.

Por consequência, a superação da família consanguínea se dá no estado da barbárie, onde através dos avanços sociais se tem a domesticação de animais e a agricultura, com o desenvolvimento do trabalho humano, ou seja, o ser social, ao realizar novas objetivações, contribui para o desenvolvimento da humanidade (LESSA, 1996). É no estado da barbárie que expressa-se a família punaluana, que é caracterizada pelo rompimento nas relações matrimoniais entre irmãos colaterais (primos) ou não, rompe-se com as relações maritais consanguíneas, o que repercute na criação do que Engels (2020) cita como "gens", visto que ao não poder relacionar-se consanguineamente, os sujeitos são separados por grupos (gens) fechados, onde os mesmos não podem relacionar-se entre si, tendo que relacionar-se maritalmente com outra gens, outro grupo (ENGELS, 2020).

É no processo de criação da gens e no avanço do trabalho humano² que se expressa o estado de civilização, onde existe o aumento ilimitado dos meios de sobrevivência. É no estado da civilização que é criada a escrita alfabética³, o aumento populacional por áreas e a qualificação do trabalho humano para a sua existência. Com o estado de civilização, as relações maritais também são modificadas acompanhando os processos evolutivos dos sujeitos e as normas sociais. Observa-se, que o processo de afunilamento das relações maritais, que ocorre na passagem da família consanguínea para a família punaluana faz com que se torne cada vez mais difícil o matrimônio por grupos, prática bastante difundida nos regimes familiares citados, onde Engels destaca:

A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexo, círculo que, originalmente abarcaria a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível, na prática, qualquer matrimônio por grupos (ENGELS, 2020, p.57)

Assim surge a família sindiásmica, no processo histórico, entre a barbárie e a civilização, onde observa-se sua vinculação com a construção de relações monogâmicas, visto que ao tornar-se o matrimônio por grupos prática escassa, os indivíduos começaram a relacionar-se em pares. “À medida porém, que evoluíam as gens e crescia o número de classes de “irmãos” e “irmãs”, entre os quais agora era impossível o casamento, a união conjugal por pares, baseada no costume, foi se consolidando (ENGELS, 2020, p.56).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se a agricultura e a pecuária, passando os homens - no sentido humano genérico -, a produzir mais do que o necessário para a sobrevivência, ou seja, a produção excedente. Disso irá resultar a exploração do trabalho e o surgimento das classes sociais: “a que trabalha e produz a riqueza que será apropriada pela outra classe. Com isto surge o trabalho alienado, ou seja, o trabalho cuja razão de ser não mais é a necessidade do

² "Segundo Lukács, a categoria do trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano" (LESSA, 2015, p. 21). São três os momentos decisivos da categoria trabalho: objetivação, exteriorização e alienação. "Por isso, a exteriorização da individualidade é também uma exteriorização de um dado patamar específico de desenvolvimento social"(LESSA, 1996, p.5).

³ "a complexificação das relações sociais termina por dar origem a complexos sociais voltados a atender às necessidades específicas oriundas dessa evolução" (LESSA, 1996, p. 12).

trabalhador, mas sim o desenvolvimento da riqueza da classe dominante” (LESSA, 1999, p.8-9)

Para atender a esta nova sociabilidade, surgem novos complexos sociais para dar conta das necessidades desse novo processo histórico, como por exemplo, “o Estado, o direito, a família patriarcal monogâmica” (LESSA, 2006, p. 12), a política, a ideologia, a arte, a religião, etc.

É sabido que o movimento histórico que levou a consolidação da gens e da família monogâmica, é acompanhado pela divisão social e sexual do trabalho, onde nas sociedades de caça e coleta a divisão se estabeleceu pelos homens responsáveis pela caça de grandes animais, e as mulheres e crianças eram responsáveis pela busca de pequenos animais e coletavam alimentos, como frutos, amêndoas e derivados, sendo responsáveis pelo maior provimento para a sobrevivência (SAFFIOTI, 2015). Posteriormente, a mulher tem seu trabalho voltado para o espaço privado com a diligência da casa e seus familiares e o homem para o espaço público. No estado da civilização onde manifesta-se a monogamia, se estabelece o antagonismo de classe e a opressão entre sexo.

Em um velho manuscrito inédito, redigido, em 1846, por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.” Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes com a opressão do sexo feminino pelo masculino.” (ENGELS, 2020, p.79).

Desta forma, na monogamia fica explícito o poder opressivo de homens sobre as mulheres e seus descendentes, na medida em que “Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente” (ENGELS, 2020, p.78). Assim, se estabelece a relação entre a família monogâmica e a propriedade privada, visto que um perpetua o outro.

Sendo assim, “A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos - as de um homem - e o desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro.” (ENGELS, 2020, p.91). Também é notório que a família monogâmica em seu sentido originário

era exercida para a manutenção da propriedade privada e não em relação aos laços afetivos.

A propriedade privada surge nesta relação de posse dos bens, começando pela agricultura e os animais, objetivando o provimento de cada grupo familiar. É no desenvolvimento das forças produtivas⁴ e apropriando-se do trabalho dos sujeitos escravizados.

Assim, segundo os costumes daquela sociedade, o homem era igualmente proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante do novo instrumento de trabalho, o escravo (ENGELS, 2020, p.67).

É nesta sociedade que surge o conceito de patriarcado, sendo este um sistema de dominação-exploração de mulheres por homens, com relações materiais e culturais, onde este acompanha as mudanças do capitalismo, sendo maleável no decorrer das mudanças históricas (ARRUZA, 2015).

[...] compreende-se que o processo de dominação só possa se estabelecer numa relação social. Desta forma, há o(s) dominador(es) e o(s) dominado(s). O(s) primeiro(s) não elimina(m) o(s) segundo(s), nem pode ser este seu intento. Para continuar dominando, deve(m) preservar seu(s) subordinado(s). Em outros termos, dominação presume subordinação. (SAFFIOTI, 2015 p.117-118).

Dessa forma, se estabelece uma relação de dominação de homens sobre mulheres, na medida em que os homens observam o sistema reprodutivo das mulheres e apropriam-se disso “Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida” (SAFFIOTI, 2015, p.121), estabelecendo também uma relação de exploração observada desde a coleta de alimentos para a subsistência dos sujeitos, onde como mencionado anteriormente, no período da caça e coleta as mulheres eram responsáveis pela maior parte da alimentação, enquanto os homens viviam a aventura esporádica da coleta de animais de pequeno-grande porte. Com a dominação da reprodução feminina, se estabelece também a exploração e opressão de seus corpos, visto que “Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão” (SAFFIOTI, 2015, p.105).

⁴ “As forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro” (COHEN, 2010, p.64).

No patriarcado, segundo Bourdieu (2012)⁵, a família se manifesta como o modelo e o princípio da ordem social como ordem moral, objetivada na dominação do homem sobre a mulher e dos adultos sobre as crianças⁶ através da força e do domínio sobre o corpo. Desta forma, faz-se uso também da explanação de Hooks (2018), onde ela evidencia que existe uma crença onde o sujeito visto como o detentor do poder patriarcal possa exercer controle sobre os demais indivíduos onde “inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças” (HOOKS, 2018, p.74).

É importante destacar, que a família patriarcal tem seus alicerces baseados na “organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe [...]” (ENGELS, 2020, p.69). Assim, o patriarca ou o chefe, dispõe de mecanismos para a manutenção ou não da vida de seus subalternos e, seu seio de parentesco também reproduz opressão e dominação de maior ou menor grau para com os sujeitos escravizados (ENGELS, 2020).

Segundo Lerner (2019), a escravidão é baseada na definição de um grupo externo ser escravizável por outro, onde os mesmos são forçados ao trabalho e a subordinação, “e de que esse estigma de ser escravizável, combinado com a realidade de seu status, faria o grupo aceitar isso como fato” (LERNER, 2019, p.112).

A “invenção da escravidão” envolve o desenvolvimento de técnicas de escravização permanente e do conceito, tanto para o dominante quanto para o dominado, de que a impotência permanente de um lado e o poder total do outro são condições aceitáveis de interação social (LERNER, 2019, p.113).

Desta forma, institucionalizando e perpetuando práticas de dominação, exploração e opressão aos povos escravizados, de maneira que para as mulheres submetidas a esta condição, sua sexualidade e potencial reprodutivo eram transformados em mercadorias, onde os senhores a quem as mesmas eram

⁵ Aqui ao utilizar a obra do autor em questão é importante ressaltar que sua corrente teórica não é utilizada neste trabalho.

⁶ “[...]o sistema cultural construído ao longo da história é pautado por valores que autorizam uma posição de controle e dominação do adulto sobre o adolescente, e considerando que o poder no âmbito social está relacionado à violência, é permitido ao adulto subjugar e agredir a população juvenil (BRAGA et al. 2018, p.4)

obrigadas a pertencer, poderiam usufruir para servir família ou a eles mesmos através de estupros ou vender para outros sujeitos que as tomariam para os mesmos fins (LERNER, 2019).

É importante ressaltar o processo de escravidão na constituição da família patriarcal, pois, foi a família patriarcal que perpetuou esse processo histórico tão arraigado e presente na sociedade atual. Portanto, a família patriarcal ao se desenvolver e complexificar suas relações através do tempo histórico, observa-se que ao mesmo tempo em que se modifica, carrega consigo traços de sua constituição, pois a mesma é usada como um aparato ideológico⁷ pelo modo de produção capitalista.

Neste sentido, observa-se que a construção familiar explanada anteriormente não se baseou em todos os grupos familiares existentes para sua constituição, contudo, a família patriarcal narrada por Engels (2020) expandiu-se pelos demais continentes como forma ideológica, ou seja, por mais que existam outras organizações familiares, estas estão relacionadas aos valores e princípios da família patriarcal eurocêntrica.

Mas, apesar de transformada, esta nova família conjugal preserva um traço típico da família anterior: o predomínio da dupla moral sexual, que reprime a sexualidade feminina, mantendo o tabu da virgindade e a tolerância para com o adultério feminino, e reforça no homem a prática da sexualidade, trazendo em seu bojo a tolerância da sociedade para com o adultério masculino e para com a prostituição, seu complemento natural e necessário (BRUSCHINI, 2009, p.77).

Assim, se estabelece a relação familiar contemporânea, a qual carrega traços de seu período inicial, entretanto, observa-se também que a construção familiar pode ter diferentes concepções que foram formuladas ao longo dos tempos, impulsionadas por aspectos culturais, sociais e econômicos em voga.

Assim como a família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos, o modelo nuclear de família, que nos parece tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII, segundo nos informam os estudos históricos. A mutualidade seria, portanto, outra característica do grupo familiar (BRUSCHINI, 2009, p.57).

⁷ “[...] em toda ideologia, seja machista, seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia” (SAFFIOTI, 2015, p. 36)

Desta forma, entende-se que na construção histórica da sociedade existiram diferentes formas de coexistência entre os indivíduos como modo de se relacionar. Atualmente pode-se entender a família como “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos” (MIOTO, 1997, p.120, apud. CHRISTIANO, NUNES, 2013, p.40). A família que apresenta-se hoje, não é um conceito simples e pronto, está em constante transformação, mas é importante ressaltar que por mais que a construção familiar esteja em constante transformação e aprimoramento, sua relação com os sujeitos continuará perpetuando expressões de dominação, exploração e opressão. Para a superação deste modelo familiar é necessário a superação do modo de produção capitalista, o qual será brevemente caracterizado a seguir, tendo em vista que esta sociabilidade tem nas relações patriarcais de gênero, características que contribuem para a sua reprodução

2.2 Sociedade Capitalista e Patriarcal

Uma sociedade é composta por diferentes processos históricos, no decorrer dos anos existiram diversas formas de sociabilidade, algumas mais precárias que outras, dado seu tempo histórico como mencionado no primeiro item. Para compreender a sociedade atual é necessário o movimento de aprofundar-se em sua forma abstrata para entender seus diversos níveis de estruturação. A sociedade do século XXI, tem em suas bases o modo de produção capitalista, onde este começou a estruturar-se com o início da propriedade privada, através da expansão da produção que começou a criar-se um pequeno excedente centralizado, sendo resultado de um “processo histórico que se operou do final do século XV até meados do século XVIII, constituindo a acumulação primitiva ou originária, num ciclo que Marx chamou de “pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio”(NETTO; BRAZ, 2007, p. 86).

É sabido que no modo de produção capitalista se estruturam relações de dominação, exploração e opressão, no decorrer deste item serão abordadas as formas que essas relações são estruturadas e perpetuadas através da produção e reprodução do meio social.

No modo de produção capitalista, existe a separação da sociedade em duas classes sociais, essas classes correspondem à forma que os indivíduos

pertencentes a elas estão situados em sociedade e se relacionam com a mesma. Assim, a sociedade é dividida em duas classes, uma que será a principal e única produtora das condições de vida, chamada de classe trabalhadora, e a outra, a burguesia que é a responsável pela condução do modo de produção capitalista e sua manutenção, entendendo o modo de produção capitalista como um sistema que gera riquezas para a burguesia na medida que gera desigualdade e pobreza para a classe trabalhadora.

Esse processo originou-se de forma rudimentar na transição do feudalismo para o capitalismo e teve sua expansão no capitalismo, através do período industrial. O modo de produção capitalista pode ser entendido através de sua estruturação, ou seja, da estrutura e da superestrutura. Além disso, o modo de produção capitalista também incorpora as relações patriarcais que já existiam nas relações feudais, entretanto, no capitalismo o patriarcado assume novas configurações. O patriarcado é um importante mecanismo utilizado pelo capitalismo para a sua reprodução, e este centra-se na superestrutura.

Deste modo, para compreender como se organiza o modo de produção capitalista é importante observar que na estrutura estão organizados os meios de produção e de sociabilidade da vida material, entende-se por estrutura;

Esquemáticamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a estrutura (ou base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social (NETTO; BRAZ, 2007, p. 61).

O processo de produção da vida material que se encontra na estrutura do capital é realizado pela classe trabalhadora, onde através da venda de sua força de trabalho é explorada para produzir mais valia. Desta forma, a força de trabalho humana também torna-se mercadoria, onde o seu valor dependerá do tempo necessário para a produção de outras mercadorias e para a sua reprodução física. Entretanto, somente a estrutura não teria força para garantir a subsistência dos trabalhadores a este modelo, é necessário que a superestrutura se encarregue de controlar os trabalhadores.

Em cada modo de produção, porém, as relações entre estrutura e superestrutura são igualmente particulares: se se pode afirmar, com base na

análise histórica, que as características da estrutura sempre foram mediata e indiretamente determinantes para a configuração da superestrutura, é também importante sublinhar que as relações entre ambas constituem problemas só deslindáveis através de análises cuidadosas de modos de produção específicos (NETTO; BRAZ, 2007, p. 61)

Desta forma, é a superestrutura que é encarregada de organizar aspectos culturais e sociais através de aparelhos ideológicos como Estado e instituições jurídicas. A superestrutura tem papel fundamental no modo de produção capitalista, pois esta assegura a perpetuação da ordem vigente imperando em todas as instituições que constituem a sociedade. Neste sentido, para a discussão acerca dos fenômenos existentes na sociedade é indispensável a compreensão de como esta se estrutura, seu modo de produção.

A articulação entre forças produtivas e relações de produção – a que se denomina modo de produção – é extremamente complexa, variando ao longo da história e exigindo, para a sua compreensão, análises rigorosas e detalhadas. E isso por uma razão central: determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas requer relações de produção também determinadas – deve haver uma correspondência das relações de produção às forças produtivas (NETTO; BRAZ, 2007, p. 60).

Assim, é importante ressaltar que para a compreensão da sociedade atual e seu modo de produção, é necessário o entendimento de todos os processos. No modo de produção capitalista existem diversos outros conceitos que complementam a estruturação aqui exemplificada, sendo necessário para uma maior apreensão o estudo de todas as categorias que o fundamentam.

Contudo, é na base do modo de produção capitalista que se estrutura a família patriarcal como foi discutido no primeiro capítulo e, a superestrutura é a principal mantenedora desta ideologia. Desta forma como explana Lerner (2019), o patriarcado produzido e reproduzido pela superestrutura no modo de produção capitalista assume diferentes formas de opressão.

O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “responsabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (LERNER, 2019, p.267)

Esse sistema de dominação também opera de forma parecida como a que Lerner evidencia com diferentes sujeitos que não correspondem ao patriarca, tido como homem, hetero e branco. Dessa forma, ao produzir conceitos ideológicos que reproduzem e reafirmam a dominação, exploração e opressão dos sujeitos, o patriarcado mantém sua hegemonia. É importante ressaltar que como esses processos ideológicos são produzidos em conjunto com a exploração dos trabalhadores, cria-se um intenso processo de sujeição dos indivíduos, tanto ideologicamente quanto materialmente.

Observando a composição da sociedade patriarcal, traduzida pela dominação e exploração dos sujeitos subjacentes a figura do homem, reforçando a explanação anterior de Lerner (2019), Saffioti (1989) observa que além da dominação-exploração de classe, existe a dominação-exploração de gênero (através do patriarcado) e de raça (manifestada pelo racismo).

Na sociedade ocidental em geral e na brasileira em especial estão presentes mais dois sistemas de dominação-exploração, a saber: o patriarcado, que legitima a assimetria das relações de gênero, a subordinação da mulher ao homem; e o racismo, que permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social (SAFFIOTI, 1989, p.16).

A autora complementa que na fusão entre raça, gênero e classe, cria-se o chamado por ela, nó górdio, onde esses sistemas de dominação-exploração concentram junto uma lógica distinta da observada nesses sistemas de forma separada, o nó górdio é a manifestação de um sistema de extrema dominação e exploração. Essa relação de extrema dominação e exploração é evidenciada cotidianamente na vida dos sujeitos, seja nas relações de trabalho ou relações afetivas, entre familiares e amigos, produzindo diferentes formas de violência, como se observará na sequência, ao delimitar para o grupo familiar.

2.3 A família enquanto espaço de reprodução de violências

Como abordado anteriormente a construção social da família está em constante movimento, com o passar dos anos e através da construção social dos sujeitos, os arranjos familiares também vão se transformando, a forma de relacionamento interpessoal modifica-se. Mas estas alterações refletem o movimento da sociedade, visto que a família é uma das instituições que integram

uma totalidade mais ampla e, por isso, sente e vivencia os efeitos causados por mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorrem na sociedade, em particular, na sociabilidade capitalista. Este modo de produção se estrutura através dos sistemas de dominação-exploração-opressão que estão presentes na sociedade, observando que é através destes que se tem a manutenção e o acirramento do capitalismo.

Desta forma, é imprescindível a explanação sobre como esses processos de dominação, exploração e opressão se manifestam na instituição familiar, observando como tais relações impactam na relação familiar e produzem violências. É sabido que a família nuclear burguesa, a qual exerce função ideológica para com as demais organizações familiares como um aparato do capital, é expressão hegemônica nesta sociedade.

Em linhas gerais, esse modelo de família (nuclear) tem como atributos básicos: uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mãe e filhos; o controle da sexualidade e a dupla moral sexual (ROMANELLI, 1995. p.75, Apud TOLEDO, 2007, p 21).

Assim, estabelecendo a família como espaço hierarquizado e autoritário, onde compreende-se relações não democráticas, de grande controle e opressão, ficando as relações de afeto e controle sexual para com as mulheres do núcleo. Entretanto, com o desenvolver do processo histórico, ressalta-se que este modelo não necessariamente se apresentará cruamente desta forma, pois como dito anteriormente, a família nuclear burguesa apresenta-se de forma ideológica.

Mas a família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo (BRUSCHINI. 2009. p.85).

Nesse sentido, sendo um espaço contraditório, o núcleo familiar poderá ser um espaço de convívio, reprodução e proteção, mas também um lócus de violência.

Essa violência pode se revelar de diferentes formas, implícitas ou não, pois os sujeitos que compõem o núcleo familiar, também constituem a estrutura social.

Difícil de ser quantificada, pois aparentemente ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, a violência estrutural se perpetua nos micro e macroprocessos sócio-históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação (MINAYO, 2006. p.81).

Assim entende-se que a violência está em todos os âmbitos da sociedade, no espaço privado e no público. A violência se insere em todas as camadas da sociedade e é perpetuada pelos sujeitos de forma naturalizada, pois é um produto de relações sociais desiguais que estruturam a sociedade e invadem o cotidiano dos sujeitos em diferentes espaços. A violência está no cerne da sociedade capitalista, é produzida e reproduzida pela estrutura e superestrutura do capital. Cabe ressaltar que a violência estrutural atua de forma direta aos sujeitos, ou seja, a violência estrutural opera através de instrumentos governamentais e suas manifestações, quando estes direcionam determinados tipos de acesso aos sujeitos que vivem a negação de seus direitos. Assim a violência estrutural garante a reprodução e o pertencimento dos sujeitos em condições desiguais “[...]por meio de programas e projetos sociais submetidos à lógica reprodutiva do capital” (DA SILVA, 2006, p.43), dessa forma, os sujeitos são invadidos pelas mais variadas formas de violência e também pela violência estatal, seja ela de extermínio ou controle.

Este mecanismo serve também como um aparato de controle da estrutura social, onde ao produzir violências como o cerceamento de liberdade, consumo, lazer, segurança, produção de desemprego, relações violentas de cunho racista, sexista e classista, reafirma-se a lógica do capital produzindo mais desigualdade e dividindo a sociedade em classes. Segundo Minayo (2006, p.104) “A violência estrutural reúne os aspectos resultantes da desigualdade social, da penúria provocada pela pobreza e pela miséria e a discriminação que se expressa de múltiplas formas”.

Assim, compreendendo a violência vivenciada cotidianamente como uma ramificação da violência estrutural, para Chauí (1985) a violência pode ser entendida como

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser

humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (1985, p. 35).

Segundo a explanação de Chauí (1985) pode-se entender a violência como a ação que deslegitima a cidadania, a subjetividade e a compreensão do outro. Esse processo de violência é realizado em decorrência de como o modo de produção capitalista se estrutura e produz relações de violência, ou seja, ao receber violência se perpetua mais violência. A violência vivenciada e naturalizada pelos sujeitos no cotidiano social, como o desemprego, a violência urbana, o sexismo e o machismo, o racismo e as mais variadas formas de violência, são resultados ideológicos que a superestrutura introjeta na sociedade através da cultura, manifestando a violência estrutural, como ressalta a autora de forma sarcástica a realidade brasileira.

Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem, o estupro é um ato feminino provocação e sedução; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros e dos indígenas; a repressão contra homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo gênero humano ameaçado pela aids, trazida pelos degenerados; a destruição do meio ambiente é orgulhosamente vista como um sinal de progresso e civilização, e assim por diante (2019, p.41).

Como a violência está em todas as partes, logo, encontra-se também na instituição familiar, sendo reproduzida sobre a família e entre os sujeitos pertencentes a ela. Nesse sentido, a violência que se manifesta nas relações sociais, se caracteriza por uma correlação de forças onde existem fatores que incidem para a dominação de um ser pelo outro, através da força física ou não. A violência, do ponto de vista mais imediato se manifesta nas seguintes formas: física, psicológica, simbólica, estrutural, patrimonial, e também a violência sexual. Cabe observar que a violência pode ser manifestada pela fusão dos fenômenos citados acima, dificilmente se expressará de forma isolada e individual. As formas de violência não podem ser analisadas sem considerar as determinações universais que constituem as relações sociais desiguais da sociedade vigente.

Portanto, por mais pontual que possa parecer um ato violento, ele sempre será ideado, viabilizado e explicado sob determinadas condições sócio-históricas e, evidentemente, não poderá ficar circunscrito à esfera

puramente individual-subjetiva (embora não prescindida dela), já que o ser social é, ao mesmo tempo subjetividade-objetividade, indivíduo-classe (SILVA, 2008, p.268)

A violência vivenciada no ambiente familiar é o reflexo da sociedade e sua cultura, tendo maior incidência a violência patriarcal, visto que é uma relação civil que atravessa o espaço privado. Segundo Saffioti (1989) existe uma relação originada do modo de produção capitalista através da tríade dominação, exploração e opressão chamada síndrome do pequeno poder, onde esta consiste na tentativa de exercer e experienciar a subalternização de sujeitos vistos como inferiores, ela pode ser exercida nos vínculos empregatícios, nas relações homem mulher, pais e filhos. “Na verdade, consciente de seu diminuto poder, de seu não-poder, trata de ampliá-lo ou criá-lo na relação interpessoal que estabelece, efêmera ou duradouramente, com outra pessoa” (SAFFIOTI, 1989, p.19).

A rigor, relações de poder revelam a desigualdade social ante seus protagonistas. Crianças são consideradas socialmente inferiores a adultos, mulheres socialmente inferiores a homens, negros socialmente inferiores a brancos, pobres socialmente inferiores a ricos (SAFFIOTI, 1989, p.18).

A síndrome do pequeno poder reverbera as violências ocasionadas pelo modo de produção capitalista no ambiente público para o ambiente privado, reproduzindo assim a tríade que constitui a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, a violência intrafamiliar (que ocorre no interior da família) tem efeitos muito precisos para a manutenção da ordem patriarcal pois “manter a violência que ocorre no espaço doméstico restrita ao privado e à responsabilidade da família, significa a manutenção da ordem desigual e a negação dos conflitos” (RODRIGUES, 2017. p.64). Assim, a família torna-se um ambiente que perpetua violências em seu interior, tendo características precisas de dominação. A violência intrafamiliar é estabelecida através de relações de “cuidado”, pelos laços consanguíneos, pela relação hierárquica, pela confiança e pela opressão, mas sobretudo, pela cultura.

Dito isso, entende-se que no ambiente familiar muitas violências são perpetradas contra crianças e adolescentes, dado aspectos como o adultocentrismo muito expressivo ainda na sociedade. Desta forma, crianças e adolescentes são vistos como sujeitos que devem ser subalternizados em referência aos adultos, também não se entende muito bem o momento de desenvolvimento em que estes sujeitos se encontram, o que repercute em violências de adultos sobre crianças,

estabelecendo relações hierarquizadas. As formas de violência contra crianças e adolescentes perpetuadas por adultos ainda são naturalizadas e diminuídas, o que ressalta a importância do debate sobre a violência intrafamiliar e suas diversas manifestações.

3. MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência pode manifestar-se de diferentes formas, sendo um fenômeno multifacetado que se modifica e intensifica no modo de produção capitalista. Dessa forma, a violência é perpetuada em todas as esferas sociais e principalmente contra sujeitos que são socialmente estigmatizados na sociedade capitalista e anterior a ela. Entende-se que socialmente existe uma preocupação com a violência, mas não com as suas causas. No decorrer do capítulo anterior, se estabeleceu a relação da violência com o modo de produção capitalista, sua estruturação e funcionalidade, tanto no espaço público como no âmbito privado.

Este capítulo tem o intuito de aprofundar a violência intrafamiliar com maior atenção para a violência sexual contra crianças e adolescentes manifestada pelo abuso sexual intrafamiliar e suas particularidades. É sabido que o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes é perpassado por relações hierarquizadas de dominação de adultos sobre crianças. É possível observar também que existe certa naturalização de relações violentas no interior familiar, o que repercute também para a naturalização do abuso sexual.

Desta forma, é importante conhecer as características do abuso sexual intrafamiliar e sua relação com os sistemas de dominação, exploração e opressão presentes na sociedade capitalista. Também é importante ressaltar que a proteção de crianças e adolescentes no Brasil, é estabelecida na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) entretanto, anualmente através de dados coletados por instituições estatais como o DISQUE 100 (BRASIL) evidencia-se o crescimento da desproteção de crianças e adolescentes.

3.1 Contextualizando a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Como evidenciado anteriormente, o fenômeno da violência se manifesta nas relações sociais e, portanto, também no cotidiano familiar. Desta forma, cabe a explanação de suas expressões materiais na vida dos sujeitos com um enfoque maior aos pertencentes ao núcleo familiar. No modo de produção capitalista, que produz de forma crescente imensas desigualdades sociais, devido à apropriação da riqueza produzida socialmente, crescem também as expressões desta desigualdade na vida dos sujeitos, sendo a violência uma delas, a qual é multideterminada, ou

seja, tem suas raízes nas diversas desigualdades produzidas social e historicamente, e que, atualmente constituem a sociabilidade do capital. A violência intrafamiliar se manifesta por qualquer abuso perpetrado entre os sujeitos pertencentes a família.

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2002, p.15).

Assim, a violência intrafamiliar é expressada através de desdobramentos decorrentes de relações da estrutura social, onde na família se misturam relações de poder e afeto, visto que, “Nessas relações – homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras – as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar” (BRASIL, 2002, p.16).

Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja em um relacionamento homem-mulher, quer seja na conexão pais ou mãe e crianças (MINAYO, 2006, p.99).

Desta forma, a dinâmica familiar como dito anteriormente é expressada através de conceitos que estão presentes na cultura, assim, perpetuando relações hierarquizadas de poder, onde predominam condutas de dominação, opressão e exploração, tendo determinantes precisos como raça, classe e gênero.

Um fator significativo da vitimização pode ser o fato de que a mulher foi socializada para ser mais desvalorizada, passiva, resignada e submissa que o homem. Sem dúvida, a explicação da origem deste fenômeno, e sua magnitude, há que buscá-la nos fatores culturais e psicossociais que predispõem o agressor a cometer esta violência e nas formas em que a sociedade tolera, e inclusive estimula, este comportamento. A maior parte desta violência se tolera em silêncio, se legitima em leis e costumes e se justifica como `tradição' cultural (OMS/OPAS,1991, apud BRASIL, 2002, p.16).

Como evidenciado no decorrer dos itens anteriores, conceitos como raça, classe e gênero estão intimamente relacionados aos processos de dominação, exploração e opressão pois, o modo de produção capitalista produz relações desiguais e hierarquizadas que possibilitam a perpetuação da tríade dominação, exploração e opressão. Assim, através da violência intrafamiliar também operam relações sexistas, machistas, racistas e demais opressões.

Negligência no cuidado de crianças, assim como maus-tratos a elas infligidos e a exploração sexual que delas se faz constituem fenômenos pungentes, que os adultos tendem a ocultar, seja porque eles seriam passíveis de punição criminal, seja porque a descoberta do agressor provocaria o desmoronamento de instituições, cuja gigantesca força deriva, como no caso da família, de seu caráter sagrado (SAFFIOTI, 1989, p.13).

Observando as relações hierárquicas que compõem a família é sabido que as relações de gênero tem forte significado, seguindo dois pontos principais de hierarquia entende-se que mulheres e crianças são os sujeitos mais violentados na tríade dominação-exploração-opressão, primeiro, com a valoração de gênero e segundo com a relação adulto-criança, onde crianças vivenciam a violência “não somente quando são o alvo direto de violência patriarcal, mas também quando são forçadas a testemunhar atos violentos (MINAYO, 2006, p.97).

A vitimização de crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, abrangendo todos os indivíduos. Tal violência é parte constitutiva das relações capitalistas, que se estabelecem na sociedade contemporânea, sendo indissociável das condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas (PEDERSEN, QUADRADO, VIEIRA, 2019, p.238).

Desta forma, atentando-se para a violência contra crianças e adolescentes, onde esta pode ser manifestada de inúmeras formas, de maneira universal, endêmica, democrática, não característica da pobreza e multigeracional, ou seja, não existem fronteiras para a violência, em suma, é dividido em quatro principais eixos, a violência física, sexual, psicológica e a negligência (ALBERTON, 2005). A violência sexual contra crianças e adolescentes é dividida em dois núcleos, sendo o abuso sexual a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual e a exploração sexual sendo a utilização de crianças ou adolescentes para fins sexuais pelo intermédio de lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca (BRASIL, 2018).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, que ocorre em todo o mundo e está ligado a fatores culturais, sociais e econômicos. No Brasil, atinge milhares de meninos e meninas cotidianamente – muitas vezes de forma silenciosa, comprometendo sua qualidade de vida e seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual (DRUMMOND, 2009, p.5).

Assim, entende-se a complexidade do fenômeno da violência sexual, visto que suas características estão relacionadas à aspectos culturais, sociais e econômicos. Segunda Azambuja (2006) a violência

É também definida como o envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos, quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que não têm condições de compreender plenamente e para as quais são incapazes de dar o consentimento informado ou que violam as regras sociais e os papéis familiares (2006, p.5).

Desta forma, observa-se que a violência sexual manifesta-se com maior incidência no ambiente familiar como ressaltam as autoras

A violência sexual é uma das formas de abuso frequentes no ambiente familiar. Os estudos mostram que as principais vítimas são meninas e os agressores são o pai, o padrasto ou ainda pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima (SANCHEZ, MINAYO, 2006, p.34).

Existe certa invisibilidade perpetuada historicamente sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, pois esta encontra-se intrinsecamente relacionada aos fatores culturais constituintes da organização familiar, sendo “densamente influenciada pelo modelo patriarcal e pela concepção machista, em que mulheres e crianças passam a ser consideradas como propriedades do homem – provedor da família (BRASIL, 2018, p.44).

Em síntese, a violência sexual contra crianças e adolescentes abrange todos os espectros que vai desde as relações abusivas sem trocas comerciais às explicitamente monetárias, emerge do cenário socioeconômico de contradições de classes sociais e político (violência estrutural), apoiados em valores sociais que reforçam a prática discriminatória, tais como o preconceito relacionado a gênero (patriarcalismo), à geração (adultocentrismo) e a raça/etnia (apartheid social), em detrimento de práticas sociais voltados à garantia e defesa dos direitos dessa população. As práticas discriminatórias geram barreiras físicas, culturais, sociais e morais que resultam na exclusão em massa de grande parte da população (BRASIL, 2018, p.43-44).

A violência sexual contra crianças e adolescentes manifesta-se como um

fenômeno complexo e de grande relevância interventiva, visto que o seu acometimento “Dentre as várias formas de manifestação da violência, a sexual é uma das mais graves, pois provoca danos físicos, emocionais e sexuais (BRASIL, 2018, p.44).

3.2 O abuso sexual intrafamiliar

Para pensar o abuso sexual é necessário primeiramente compreender como a sociedade produz e reproduz este fenômeno. O conceito de abuso sexual começou a ser pensado e construído com o avanço dos cuidados e do significado atribuído a infância. Como relatam autores como Philippe Ariès (1981), o sentimento de infância começou a ser criado a partir do século XVI, entretanto, apenas para famílias que dispunham de boas condições de vida, o sentimento de infância para famílias pobres tardou a ser incorporado. Desta forma, com o desenvolvimento da sociedade e o avanço do cuidado na infância, começou a ser pensado o abuso sexual, afinal, anteriormente crianças eram tratadas como pequenos adultos, desenvolviam atividade de trabalho e outras que constituíam a socialização dos adultos.

A categoria “abuso sexual infantil” parece ter origem no discurso da psiquiatria e da psicologia. O termo aparece nos textos de Sigmund Freud, escritos no final do século XIX. No entanto, a dimensão sexual do “abuso” tardou um pouco a aparecer nos debates públicos e políticos, sendo, inicialmente, enfatizada a questão da violência e dos maus-tratos. [...] A expressão “abuso sexual” é muito rara antes de 1960 porque o que se dizia era “crueldade com crianças”. Neste sentido, diferentemente do “abuso”, a “crueldade” não se referia às transgressões sexuais (RODRIGUES, 2017, p.78).

No Brasil tem-se como marco a Constituição Federal (BRASIL,1988), que traz no Art. 227 o dever do Estado, da família e da sociedade no que diz respeito à proteção de crianças, adolescentes e jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990) também reforça em seu desenvolvimento o Art. 227 da Constituição. Além disso, na Constituição Federal de 1988, o inciso 4º do artigo 227 diz “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”, criando assim o compromisso com o enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes.

O fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes traz diversos

tensionamentos à sociedade, desta forma em conjunto com o Estado, se estabelece o cuidado, a proteção de crianças e adolescentes e a responsabilização dos/as autores/as de violência, em legislações, planos de enfrentamento e cartilhas de informações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

O abuso sexual de crianças e adolescentes se caracteriza pela violação sexual por parte de um adulto ou alguém mais velho do que a vítima, o mesmo tem o intuito de satisfazer-se sexualmente envolvendo qualquer tipo de atividade, tanto palavras como atos obscenos (BRASIL, 2015). Sendo também,

qualquer tipo de contato ou tentativa de contato sexual indesejado e não consensual perpetrado por um ofensor contra outrem. Isto inclui o estupro, a violência sexual, o incesto, a coação sexual, a importunação sexual, gestos e olhares obscenos, tocar partes íntimas, expor órgãos sexuais e pornografia infantil (OUDSHOORN, AMSTUTZ, JACKETT, 2019, p. 21).

a) Com contato físico: carícias, passar a mão em zonas sexuais (seios, nádegas ou genitálias), pornografia, o ato sexual em si (com penetração anal, vaginal ou oral) b) Sem contato físico: abuso sexual verbal (conversa sobre atividades sexuais para despertar interesse ou chocar), exibicionismo (ficar exibindo suas partes sexuais para uma menina ou menino), ou até mesmo quando uma pessoa fica observando a criança ou adolescente em trajes mínimos ou sem roupas, que se chama voyeurismo (BRASIL, 2018, p.43).

Dessa forma, o abuso sexual contra crianças e adolescentes pode acontecer de duas maneiras, extrafamiliar e intrafamiliar. O abuso sexual extrafamiliar é caracterizado por atos que acontecem com sujeitos que não compõem o ambiente familiar, já o abuso sexual intrafamiliar é o contrário, é caracterizado por violações que acontecem entre sujeitos que compõem o ambiente familiar (BRASIL, 2018).

O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2018, p.15).

O abuso sexual intrafamiliar tem amplo alcance e pode ser perpetuado em todos os ambientes ou sociedades, pois se relaciona diretamente com conceitos culturais, e naturaliza-se nas relações sociais hierárquicas.

São as violências que ocorrem no âmbito do afeto, ou seja, na família, no círculo de amigos, nas escolas, abrigos, igrejas, nos espaços ou

ambientes conhecidos como de proteção da criança. Ocorre em todas as classes sociais, mas muitas vezes permanece invisível em função dos pactos de silêncio. Estes pactos são arranjos familiares e de grupo que visam acomodar papéis, de forma que alguns se submetem a outros, numa hierarquia geralmente de poder, a exemplo da autoridade de pais sobre os filhos (BRASIL, 2018, p.43).

Segundo os dados sobre a violência sexual divulgados pelo Ministério da Saúde no 27º Boletim Epidemiológico (2018) referente aos anos 2011-2017, 69,2% dos casos registrados nestes anos foram perpetrados na residência das vítimas, seguindo de 4,6% em escolas, 3,1% em via pública, 8,3% apontaram outros lugares e 12,8% ignoraram a pergunta, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 1: Dados sobre as características da Violência Sexual 2011-2017

TABELA 2 Características da violência sexual contra crianças notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Criança (n=58.037) ^a					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Ocorreu outras vezes						
Sím	19.542	33,7	14.562	33,8	4.980	33,2
Não	17.881	30,8	13.111	30,5	4.770	31,8
Ignorado	20.607	35,5	15.361	35,7	5.246	35,0
Local de ocorrência						
Residência	40.154	69,2	30.649	71,2	9.505	63,4
Habitação coletiva	475	0,8	303	0,7	172	1,1
Escola	2.656	4,6	1.588	3,7	1.068	7,1
Local de prática esportiva	185	0,3	89	0,2	96	0,6
Bar ou similar	141	0,2	92	0,2	49	0,3
Via pública	1.809	3,1	1.159	2,7	650	4,3
Comércio/serviços	234	0,4	178	0,4	56	0,4
Indústrias/construção	113	0,2	63	0,1	50	0,3
Outros	4.839	8,3	3.311	7,7	1.528	10,2
Ignorado	7.424	12,8	5.602	13,0	1.822	12,1
Tipo de violência sexual^b						
Assédio sexual	15.693	24,9	11.973	25,8	3.720	22,6
Estupro	39.000	62,0	28.380	61,0	10.620	64,6
Pornografia infantil	2.048	3,3	1.461	3,1	587	3,6
Exploração sexual	1.836	2,9	1.362	2,9	474	2,9
Outros	4.352	6,9	3.321	7,1	1.031	6,3

Fonte: 27º Boletim Epidemiológico - Ministério da Saúde, 2018, p.5

Outro aspecto importante presente na tabela acima é sobre a reincidência da violência sexual, onde 33,7% dos sujeitos responderam que a violência aconteceu outras vezes, o que ressalta o caráter contínuo da violência sexual. O abuso sexual de crianças e adolescentes é um processo que está presente em todos os locais e esferas sociais, desde a residência familiar até a escola ou a via pública, não

existem barreiras para a perpetuação do abuso sexual. Além do mais, o fenômeno do abuso sexual tem consequências que não podem ser medidas, pois impactam subjetivamente os sujeitos de formas diferentes.

[...] o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito (SAFFIOTI, 2015, p.19).

Assim, entende-se que o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno produzido no núcleo familiar envolvendo também a extensidade de relações ligadas a laços afetivos e de proteção. Os sujeitos que deveriam proteger são aqueles que violentam, o que acaba dificultando a quebra do ciclo da violência e a responsabilização dos sujeitos. Culturalmente são produzidos conceitos que naturalizam práticas de violência no núcleo familiar, logo, crianças vitimizadas vivem o conflito de compreender as violências que são mascaradas de proteção, dominação e perpetuadas através do silêncio. Por se tratar do abuso sexual de crianças e adolescentes, e que estes estão em fase particular de desenvolvimento é necessário compreender de forma aprofundada as particularidades do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes.

No Brasil segundo os dados divulgados do DISQUE 100 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH e analisados pela Childhood (2020), no ano de 2018 foram recebidas 76,216 denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes, onde foram notificados quatro tipos de violência, sendo eles: Negligência, Violência Psicológica, Violência Física e Violência Sexual. Segundo estes dados, de 76,216 notificações recebidas, 22,40% são de violência sexual, contabilizando 18,612 notificações. Como mencionado no item anterior, a violência sexual contra crianças e adolescentes é dividida em abuso sexual e exploração sexual, desta forma, de 18,612 notificações recebidas, 78,4% foram de abuso sexual e 15,7% de exploração sexual, como mostram dados da tabela abaixo.

Tabela 2: Dados sobre a violência sexual de crianças e adolescentes

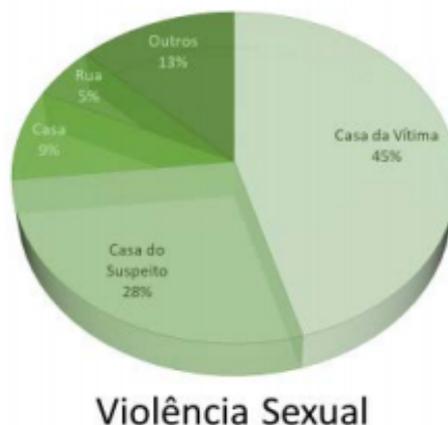
Ano	Total de denúncias de violência sexual	% de abuso	% de exploração
2011	10,699	75%	25%
2012	40,699	78%	22%
2013	35,091	75%	25%
2014	25,595	75%	24%
2015	19,727	75%	23%
2016	17,523	74%	21%
2017	22,324	72%	18,9%
2018	18,612	78,4%	15,7%
2019	17,029	-	-

Fonte: Childhood, 2020, p.3

Como evidencia a tabela acima, o abuso sexual mantém todos os anos em média cerca de 75% de notificações referente a violência sexual, ou seja, das notificações realizadas por violência sexual mais da metade são referentes a abuso sexual. É possível também avaliar que de 2011 a 2018 há uma queda no número de notificações anuais, o que pode ser interpretado como a diminuição de casos ou a não notificação ou subnotificação.

Neste sentido, entende-se que existem inúmeros casos que não são notificados e ou denunciados, sejam por condições geográficas, onde não há acesso a instituições públicas para a possível denúncia, ou pelo intenso silêncio que existe na sociedade sobre a violência sexual, onde muitas vezes existe a naturalização e a negação da violência sexual por desacreditar as vítimas, ou ainda, pela precisa característica da maioria dos casos que é a violência intrafamiliar, perpetrada no espaço doméstico, no ambiente familiar. Segundo Santos (2009, p.37) “De modo geral, os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes estão cercados por preconceitos, tabus, pelo silêncio e, por esse motivo, muitas vezes sequer são denunciados”.

Entende-se que a junção dos fatores, dificuldades geográficas, cultura social e ambiente privado, criam uma nuvem de casos que não são denunciados, ficando os sujeitos vitimizados também desprotegidos dos aparatos de proteção e judicialização. Segundo os dados divulgados pelo MMFDH(2020) presentes no gráfico abaixo, fica evidente a violência sexual intrafamiliar, observando também que as vítimas passam por outras violações de direitos, decorrentes ou não da violência sexual.

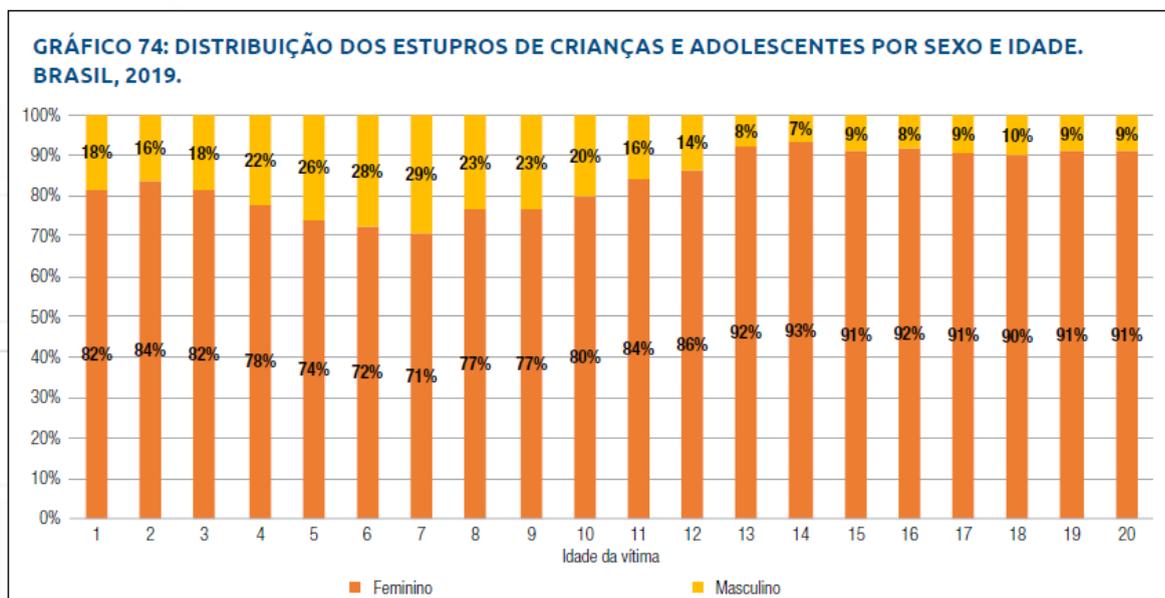
Gráfico 1: Violência Sexual Intrafamiliar

Fonte: Relatório Disque Direitos Humanos, 2020, p.50

Desta forma, é importante destacar o que representa o abuso sexual intrafamiliar, pois observa-se que os índices apontam que a maioria das violências sexuais acontecem no espaço privado, mas por que isso ocorre? É no espaço privado que se perpetua a lei do silêncio, as ameaças, a dominação e o controle patriarcal evidenciado no decorrer dos itens anteriores.

Na maioria dos casos, o autor da agressão é uma pessoa que a criança conhece, em quem confia e a quem, frequentemente, ama. O abusador quase sempre tem uma relação de parentesco com a vítima e dispõe de certo poder sobre ela, tanto do ponto de vista hierárquico e econômico – pai, padrasto e, menos eventualmente, mãe –, quanto do ponto de vista afetivo – irmãos, primos, tios e avós (SANTOS, 2009, p.34).

As características do abuso sexual intrafamiliar apresentam-se como reflexos da cultura social dominante, onde perpetuam violências de gênero, raça e classe. Segundo dados sobre Estupros cometidos referentes ao ano de 2019 e divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) cerca de 85% das vítimas são do sexo feminino e, 82,04% tem idade entre 0-14 anos, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Abuso Sexual (Estupro) de crianças e adolescentes por sexo e idade.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p.328

Nessa perspectiva, observa-se a prevalência do sexo feminino em todas as faixas etárias, no que diz respeito às vítimas de estupro. Essa realidade resulta, como já problematizado anteriormente, por valores machistas, por relações patriarcais de gênero e relações adultocêntricas, embora outros fatores possam se somar e aumentar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes às situações de violência sexual.

Embora na socialização feminina estejam sempre presentes a suspeita contra os desconhecidos e a prevenção de uma eventual aproximação com estes elementos, os agressores de mulheres são, geralmente, parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam da confiança desfrutada junto às suas vítimas (SAFFIOTI, 1995, p.4).

Mulheres crescem sendo alertadas e tendo que se comportar de determinadas formas em conformidade com o comportamento masculino, o qual tudo pode.

Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, o seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consista em ser usada enquanto objeto (SAFFIOTI, 1995, p.18).

Assim, como Saffioti explica, para os homens não importa a vontade da mulher, importa que a mesma seja objeto para seus desejos, as mulheres não precisam consentir com nada, pois para eles tudo é um passe livre e a sociedade reproduz este comportamento, e para as crianças segue esta mesma lógica. Enquanto o sexo feminino ressalta um importante determinante para o abuso sexual, existem outros dois importantes complementos, raça e classe.

Para compreender como o abuso sexual se apresenta na sociedade brasileira é importante entender que no modo de produção capitalista, no qual estrutura-se a sociedade brasileira, um de seus pilares de manutenção é o racismo. Dessa forma, segundo dados do SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação, divulgados pelo 27º Boletim Epidemiológico, do Ministério da Saúde, referente aos anos 2011-2017, consta a seguinte tabela:

Tabela 3: Características Sociodemográficas de Crianças vítimas de Violência Sexual

TABELA 1 Características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Criança (n=58.037) ^a					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Raça/cor da pele						
Branca	22.611	39,0	16.577	38,5	6.034	40,2
Negra	26.407	45,5	19.782	46,0	6.625	44,2
Amarela	280	0,5	209	0,5	71	0,5
Indígena	586	1,0	509	1,2	77	0,5
Ignorada	8.146	14,0	5.957	13,8	2.189	14,6

Fonte: 27º Boletim Epidemiológico - Ministério da Saúde, 2018, p.4).

Segundo os dados divulgados, no período de 2011 a 2017, 45% das vítimas de violência sexual eram negras, ou seja, existe uma preponderância de crianças negras sendo vítimas de violência sexual, logo, de abuso sexual. A cultura de apropriação do corpo de mulheres negras e também crianças “[...]é uma prática incorporada e essencial à estrutura das instituições patriarcais, e delas inseparável” (LERNER, 2019, p.116). Logo, pode-se compreender o abuso sexual pela apropriação da sexualidade do corpo de mulheres por homens, independente de idade e fatores econômicos, entretanto existe maior incidência de casos de abuso sexual em classes que vivem situações de vulnerabilidade.

É verdade que a violência sexual ocorre em todas as classes sociais, mas também é verdade que a sociedade brasileira trata desigualmente autores da agressão e vítimas de acordo com a classe social, etnia – raça/cor –, gênero e faixa etária. Sabemos também que o problema afeta um maior número de meninas entre oito e 14 anos, negras e pardas, em geral das camadas populares (SANTOS, 2009, p.50).

Assim, entende-se que o abuso sexual contra crianças e adolescentes evidencia a estrutural social do capital, onde os corpos marginalizados são negros, femininos e pobres. Logo, é entendível que o abuso sexual de crianças e adolescentes é potencializado pela estrutura social na medida em que produz relações desiguais, sejam elas de gênero, raça e classe.

Precisamos considerar que alguns fatores favorecem que a incidência do fenômeno ocorra nas classes sociais menos favorecidas. Dentre eles, podemos citar o fato de famílias pobres terem menos condições de fazer a supervisão cotidiana de suas crianças (geralmente porque mães e pais trabalham fora e não contam com uma rede de apoio); também dispõem de menos informação sobre como abordar temas relativos à sexualidade com crianças; e, em muitos casos, as mães dependem dos companheiros para completar o orçamento familiar – fator fundamental para explicar a falta de notificação, nos casos em que o pai ou padrasto é o autor da agressão(CHILDHOOD, 2020,p.51).

Nesse sentido, existem dificuldades oriundas da desigualdade social que impactam os sujeitos de diferentes formas, podendo potencializar as desproteções. Entretanto, como dito anteriormente, na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) constam como sendo responsabilidade do Estado, da família e da sociedade assegurar condições propícias para o desenvolvimento a crianças e adolescentes, livres de maus tratos e negligências. Desta forma, entende-se que é necessário que o Estado garanta condições para o provimento do cuidado visto que [...] a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas (MIOTO, 2003, p.3).

Outra particularidade do fenômeno do abuso sexual intrafamiliar é a reincidência, é sabido que as violências que ocorrem no núcleo familiar tendem a perdurar por mais tempo, pois envolvem relações de afeto e poder. Logo, a dominação de crianças e adolescentes é estabelecida e naturalizada através de relações hierárquicas.

Existe reincidência do abuso. Os abusadores não se limitam a abusar de uma única pessoa ou da mesma pessoa uma única vez. Embora as ocorrências de abuso possam se limitar a um único episódio, entretanto, o mais comum é que a prática se repita várias vezes e dure meses ou anos (SANTOS, 2009, p.40).

Assim, a reincidência pode ser naturalizada e impedir que o ciclo de violência seja interrompido, pois na medida em que o abuso sexual tende a torna-se frequente, maiores são as formas de dominação e maiores serão os traumas gerados. É importante também ressaltar que a reincidência não é medida apenas pela perpetuação do abuso sexual em um único caso, também existem sujeitos que voltam a vitimizar crianças após o desvelamento do segredo e ou cumprimento de medida judicial. Dessa forma, como o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes pode ocorrer de diversas formas, por diversos períodos de tempo, sobre múltiplos sujeitos, é importante compreender aspectos referentes a quem comete a violência. Compreender o abuso sexual intrafamiliar em profundidade requer compreender os/as autores/as de abuso intrafamiliar de crianças e adolescentes.

4. AUTORES/AS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ao pensar o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é possível compreender, como em todas as situações de violência, que existem dois sujeitos diretamente implicados, o que vitimiza e o vitimizado, ambos inseridos numa sociedade que produz e reproduz determinadas relações e comportamentos. Desta forma, para apreender a realidade do abuso sexual, é necessário o aprofundamento sobre todos os sujeitos envolvidos no fenômeno, de modo a buscar um maior entendimento sobre a totalidade que o constitui, seus determinantes e condicionantes. Assim, este capítulo se detém a explicar sobre os sujeitos que cometem a violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo particular o abuso sexual intrafamiliar, buscando apontar perspectivas de trabalho multidisciplinar que visam a diminuição da reincidência e o enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes por via do acompanhamento dos/as autores/as desta violência.

Tendo em vista o desdobramento dos objetivos específicos, o primeiro item deste capítulo discutirá as características dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar, observando aspectos como, faixa etária, sexo, raça, tipo de vínculo com as vítimas, profissão e renda. Tais informações foram obtidas na pesquisa bibliográfica e documental.

Já o segundo item, fará uma apresentação/contextualização das experiências de trabalho no que diz respeito ao atendimento e acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Nesse sentido serão evidenciadas informações sobre metodologias utilizadas, instituição ou organização responsável, o tipo de abordagem, técnicas e instrumentos utilizados, equipe executora e os possíveis resultados dos acompanhamentos.

Desta forma, cabe ressaltar que por se tratar de um assunto multifacetado, e que, ao buscar identificar e analisar experiências de atendimento/acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, deparou-se com poucos trabalhos que problematizam esta demanda, o que limitou algumas reflexões e análises. Foram encontradas poucas bibliografias que trouxessem este aspecto, ou seja, apenas sete produções. No entanto, mesmo que tenha sido encontrado pouco material, o que não quer dizer que não existam mais

experiências de atendimento/acompanhamento de abusadores sexuais, sua discussão é importante e necessária.

4.1 Reflexões acerca dos/as Autores/as de Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e Adolescentes

Os/as autores/as de violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser divididos naqueles denominados como perpetradores/as de abuso sexual, autores/as de ato sexual violento, clientes do trabalho sexual, aliciadores/as e agenciadores/as do trabalho sexual, esta pesquisa deteve-se aos perpetradores/as de abuso sexual intrafamiliar por este ter como definição “pessoas que praticam qualquer uma das categorias de abuso sexual (intra e extrafamiliar)” (SANTOS, ESBER, SANTOS, 2009). Desta forma, ao delimitar os/as perpetradores/as de abuso sexual intrafamiliar como foco de pesquisa, fez-se necessário a busca dos textos que compõem o código penal brasileiro, onde se elenca os seguintes crimes:

Dos crimes sexuais contra vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Dos crimes contra a dignidade sexual

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

§ 2º Se da conduta resulta morte (BRASIL, 1940)

Diante destes crimes, o código penal brasileiro prevê a reclusão em número de anos, de acordo com cada crime julgado, podendo também sofrer acréscimo no período de reclusão onde há a interposição de crimes ou aumento de gravidade (BRASIL, 1940). O sistema de justiça penal do Brasil é estabelecido de forma retributiva, desta forma, atribui-se ao réu o encarceramento como forma de punição (ROLIM, 2006).

No entanto, entendendo que a reclusão não é medida suficiente para o enfrentamento desta demanda, o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência

Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), prevê no Eixo Atenção, objetivo e ação que contempla os autores de violência sexual⁸, como se observa:

Implantação e fortalecimento de programas intersetoriais e serviços destinados ao atendimento e acompanhamento da pessoa que comete violência sexual contra crianças e adolescentes, com definição de parâmetros, considerando os aspectos culturais, sociais e de saúde (BRASIL, 2013, p. 33).

Outras ações no Eixo Atenção também destacam necessidade de “Pactuação de fluxos e/ou protocolos de procedimentos entre as diversas instâncias encarregadas de assegurar atendimento”; “Disseminação e adaptação, quando for o caso, de metodologias nacionais e internacionais exitosas de atendimento [...] à pessoa que comete essas expressões de violência” (BRASIL, 2013, p. 33-34). No Eixo de responsabilização é evidenciada a necessidade do aprimoramento da responsabilização penal da pessoa que comete abuso e/ou exploração sexual e, por fim, no Eixo de estudos e pesquisa é ressaltado a importância do fomento de estudos sobre a temática

Mapeamento, sistematização e criação de um banco de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas e disseminação de metodologias nacionais e internacionais bem-sucedidas na prevenção e no enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como à pessoa que comete violência sexual. Fomento à realização de pesquisas e estudos sobre o perfil da pessoa que comete abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes (BRASIL, 2013, p.47-48).

No Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2019) do Rio Grande do Sul, é estabelecido, dentre as ações da oitava diretriz do Eixo Gestão da Política Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a “criação de programas multiprofissionais especializados voltados ao atendimento dos/as autores/as de violência sexual” (BRASIL, 2019, p.31), no prazo de 10 anos, decênio 2019-2029.

Observa-se a importância destes direcionamentos, pois indicam possibilidades que vão para além da responsabilização e do encarceramento dos/as autores/as de violência sexual contra crianças e adolescentes, visto que estes também devem ser acolhidos pelas políticas públicas como sujeitos de direitos.

⁸ Cabe ressaltar que o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes prevê desde sua edição do ano de 2002 o eixo de responsabilização (BRASIL, 2002).

Araújo (2002, p.6) ao destacar a complexidade que há nos processos de revelação do abuso sexual, que produzem crises na família e na rede de profissionais, sinaliza a necessidade de “uma abordagem multidisciplinar que integre os três tipos de intervenção: punitiva, protetora e terapêutica”.

É muito importante conhecer o perfil e a subjetividade do autor de abuso sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que esse conhecimento está diretamente relacionado com produção de subsídios para a elaboração de políticas de prevenção, de responsabilização jurídico-social e de atendimento dessas pessoas (SANTOS, ESBER, SANTOS, 2009, p. 41).

Além da atenção e cuidados específicos com as vítimas, também é preciso uma atenção e intervenção qualificada aos autores da violência. É necessário conhecer suas características e poder ofensivo para que se possa melhor intervir, desde a prevenção da violência até a prevenção da reincidência (FONSECA, et. al. 2019, p.390).

Ainda sobre as ações previstas nos planos nacional e estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, percebe-se a previsão de programas e serviços, os quais devem ser compreendidos como diferentes estratégias para a operacionalização de uma política pública. Entendendo que serviços são ofertados de forma contínua e permanente, já os programas são oferecidos com data de início e término definido, projetando atingir determinado objetivo, pode ser implementado para complementar determinado serviço (PNAS, 2004).

Com a expansão do conhecimento sobre o tema, pode ser possível não só um melhor atendimento na perspectiva de transformação da realidade desses/as autores/as, como também intervir no enfrentamento do perpetuamento desse ciclo de reincidência aos atos por parte dos/as autores/as de violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.2 Características e Experiências de atendimento/acompanhamento com Autores/as de Abuso Sexual Intrafamiliar

É sabido que o abuso sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno que acarreta inúmeros traumas e desafios para as crianças e adolescentes vitimizados, que é necessário realizar o acompanhamento psicológico e social com as crianças que são vítimas desta violência. Entretanto, o que se sabe sobre atendimento/acompanhamento para aqueles que cometem a violência?

Compreende-se, com base nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, que a criança vitimizada deve ter primazia no atendimento, no entanto, é necessário intervir na totalidade do fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes, incluindo também os/as autores/as da violência, bem como os demais membros da família, pois como destaca Araújo (2002, p. 8), “só trabalhar com a criança não é suficiente, porquanto é a família que precisa de ajuda”.

Cabe ressaltar que a escolha pelo termo Autor/a de Abuso Sexual se deve ao entendimento que ao cometer o abuso sexual o sujeito é autor de tal ação e não a ação em si, por isso a escolha por esse termo ao invés de termos comumente utilizados como, abusador/as, agressor/as e afins. É necessário também compreender esses/as autores/as como sujeitos de direitos, ou seja, são indivíduos que apesar de suas práticas continuam tendo direitos fundamentais. É preciso desvendar as condições objetivas e subjetivas que constituem a história destas pessoas, pois as causas da violência “estão profundamente enraizadas no tecido social, cultural e econômico da vida humana” (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1164).

E necessário aqui ressaltar, que estamos denominando-os como autores e não agressores, objetivando a retirada do olhar que os julga transformando-os em agressores, violentadores ou ofensores, estigmatizados pela violência cometida, para evidenciar, que tais sujeitos são seres humanos que como muitos outros cometeram erros, porém dada natureza de seus atos, envolta no tabu da sexualidade, passam a ser considerados, “monstros” (FREITAS; SOARES, 2013, p.7).

Desta forma, como evidenciado nos capítulos anteriores, na construção social dos sujeitos perpassam questões que estão relacionadas ao modo como a sociedade é estruturada, ou seja, conceitos como patriarcado, sexismo, machismo e adultocentrismo são produzidos e reproduzidos na cultura, logo, esses conceitos também fazem parte dos indivíduos, pois transpassam-se através da reprodução social que acontece em todos os âmbitos da sociedade e principalmente no interior do núcleo familiar. Para os/as autores/as de violência sexual contra crianças e adolescentes não é diferente, afinal, são sujeitos que também compõem a sociedade e também reproduzem práticas culturais que são perpassadas cotidianamente em maior ou menor grau.

Os/as autores/as de violência e abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes são, muitas vezes, identificados como pedófilos, no entanto, é necessário dissociar os sujeitos da patologia e também não concluir de forma

imediate, que toda prática de abuso sexual de crianças e/ou adolescentes resulta da pedofilia.

[...] ao falarmos em “agressores sexuais”, estamos nos referindo a indivíduos que cometeram um ato definido juridicamente como crime, e não a um diagnóstico psiquiátrico, ainda que alguns indivíduos que cometeram agressões sexuais possam padecer de patologia associada (DAY; TELLES; TEITELBAUM, 2011, p. 248).

É importante entender a diferença entre pedofilia e a violação sexual de crianças e adolescentes ocasional, o primeiro entende-se como:

O conceito social de pedofilia se define pela atração erótica de um adulto por crianças. Essa atração pode ser elaborada no terreno da fantasia ou se materializar por meio de atos sexuais com meninos ou meninas (SANTOS, 2009, p.38).

Já a violação sexual de crianças e adolescentes ocasional pode ocorrer de forma incestuosa ou não, derivada de uma patologia como a pedofilia, ou de aspectos culturais (SANTOS, 2009). Assim o autor ressalta ainda que muitos sujeitos com a patologia da pedofilia passam sua vida sem cometer crimes violentos. Destaca também que “não podemos dizer que todo pedófilo seja um agressor sexual e o inverso também não é verdadeiro” (SANTOS, 2009, p.38). Entender esta relação é importante para a compreensão do fenômeno, pois autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes com diagnóstico de patologia e autores/as ocasionais sem diagnóstico de patologia requerem acompanhamentos e intervenções diferentes.

Muitos estudos desenvolvidos acerca dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes tem um foco patologizador, buscando apontar alguma forma de transtorno ou característica incomum. E raramente se questiona que tipo de sociedade produz tais sujeitos reduzindo assim a possibilidade de reflexão sobre a subjetividade dos mesmos (FREITAS, SOARES, 2013, p.5).

Socialmente a ideia dominante sobre o abuso sexual e os/as autores/as desta violência sofre demasiadas mistificações devido a falta de informações sobre o tema, como também a estigmatização dos sujeitos que cometem tais violências. É sabido que os indivíduos que cometem abuso sexual contra crianças e adolescentes são tidos pela sociedade como sujeitos indignos de direitos, imorais e tudo o que os difere da sociedade tida como “normal e moral”, desta forma existe a patologização

estigmatizante dos sujeitos, tanto os que são diagnosticados patologicamente, quanto os sujeitos que não são.

Porém contrariando tal perspectiva, as pesquisas recentes tem demonstrado que poucas pessoas que cometem violência sexual são portadoras de transtornos mentais. Portanto não podemos nos prender ao pensamento de que a violência sexual está vinculada a forças da natureza humana ou sobrenaturais, pois essa violência se manifesta concretamente numa relação de poder que é exercida pelo adulto sobre uma criança ou adolescente, num processo de apropriação e dominação do outro (FREITAS, SOARES, 2013, p.6).

Assim, entende-se que existe uma ideia social de que é mais fácil estigmatizar alguém como doente, monstro, louco ou anormal, tendo em vista o determinismo biológico, do que compreender que nem todos os sujeitos que cometem tais atos são pedófilos e se não o são, porque praticam essas violências? É necessário compreender quem são esses sujeitos e quais as determinações sociais que contribuem para a materialização da violência. Desta forma, foi realizado o levantamento bibliográfico de sete obras que realizaram a análise de dados sobre os/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes, afim de reunir algumas características similares encontradas nos casos analisados.

Uma das obras analisadas é o livro “Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico”(SANTOS, ESBER, SANTOS, 2009), onde é apresentado um projeto de extensão e pesquisa desenvolvidos na PUC de Goiânia em parceria com as instituições existentes no Estado, de acompanhamento a autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com o livro, em sua maioria os autores/as de abuso sexual são do sexo masculino, com idade entre 38 a 41 anos. Destaca-se também que a maioria dos sujeitos acompanhados possuía grau de proximidade com as vítimas, reforçando o contexto da violência intrafamiliar.

Em todas as bibliografias analisadas foi possível verificar que a totalidade dos sujeitos atendidos eram do sexo masculino, e tinham idades que variavam entre 21 anos e se estendia até os 71 anos de idade. Segundo os dados publicados do DISQUE 100, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH (2020) sobre a violência sexual de crianças e adolescentes “O suspeito é do sexo masculino, em 87% dos registros. Igualmente, de idade adulta, entre 25 a 40 anos, para 62% dos casos” (BRASIL, 2020, p.53). Também foram analisadas

intervenções com Adolescentes autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Internacionalmente, pesquisas identificaram que entre 30% e 50% dos abusos sexuais contra crianças são cometidos por adolescentes menores de 18 anos (BENEDICTO; RONCERO; GONZALEZ, 2017) e que 50% dos ofensores adultos relatam apresentar problemas com relação aos interesses sexuais desde a adolescência (SANDVIK et al, 2017) (BASTOS, et al. 2019, p.4)

Sendo assim, além do ECA (1990) prever a proteção integral a crianças e adolescentes devido sua fase peculiar de desenvolvimento, é necessário que se tenha maior atenção a este grupo, pois como evidenciado as práticas sexuais e sociais se iniciam na adolescência e podem ter maior desenvolvimento na vida adulta, logo, ao intervir na adolescência pode ser possível evitar futuras reincidências na fase adulta.

Outro aspecto importante sobre o universo dos/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes é a menor incidência de mulheres perpetradoras dessa violência, por mais que a maioria dos casos denunciados sejam perpetrados por homens, também há mulheres autoras de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Sobre as mulheres que cometem ofensas sexuais, no contexto de intervenção psicossocial com o adulto ofensor sexual, ainda se está muito longe de se ter acesso à população de mulheres ofensoras sexuais. As publicações internacionais sobre esse tema, com essas mulheres (Cauffman, 2008; Goldhill, 2013; Grattagliano et al., 2012; Peter, 2006) enfocam grandes dificuldades de contato com elas, bem como a presença de barreiras e preconceitos, demonizando-as ou não, e formando uma caixa de segredos e reticências (FONSECA, et. al. 2019, p.403).

Desta forma, entende-se que o mesmo movimento de estigmatização que acontece com os/as autores/as de abuso sexual de crianças e adolescentes também ocorre com as autoras mulheres, entretando, autoras de abuso sexual intrafamiliar vivenciam também violências de gênero, logo, são responsabilizadas e estigmatizadas não só pela violência cometida, como também por violências patriarcais, machistas e sexistas. Sobre a responsabilização social da mulher a respeito do abuso sexual, mesmo quando esta não é autora do abuso sexual mas tem responsabilidade afetivas e judiciais sobre a criança vitimizada, socialmente é vista como “cúmplice” da violência, mesmo que não tenha praticado nenhuma

violência (SATTLER, 2011). Contudo, é necessário maior aprofundamento sobre as particularidades da mulher que perpetua essas violências.

Nos dados levantados foram encontradas pouca ou nenhuma informação sobre características como, renda, profissão, raça e escolaridade de autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes. Apenas um artigo trouxe informações sobre escolaridade, renda e profissão sobre os sujeitos participantes dos acompanhamentos. Neste sentido, no artigo “Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes” (2016), as informações são bem abrangentes, a exemplo disso “A renda pessoal varia de 2/3 do salário mínimo até sete salários mínimos, e a renda familiar vai de um salário mínimo até quinze salários mínimos (MENESES, et. al. 2016, p.101), sobre escolaridade: “A escolaridade vai de não alfabetizado (i) até o superior incompleto (ii), sendo que a maioria se encontra no ensino fundamental incompleto (MENESES, et. al. 2016, p.100-101), também se evidencia realidades diversas no contexto profissional “Oito participantes estão trabalhando no mercado formal, três no mercado informal, dois aposentados, três desempregados, e um recebe bolsa da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP-DF) (BRASIL, 1986) (MENESES, et. al. 2016, p.100)”. Desta forma, é possível verificar o quão heterogêneo são os/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A heterogeneidade demonstra não só um quadro diverso sobre as características dos/as autores/as, como também reforça que para manifestação da violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes não existem barreiras geográficas, econômicas e culturais. Entretanto, a seletividade das denúncias, a lei do silêncio, a subnotificação, as instituições que acolhem as crianças e responsabilizam os/as autores/as, assuntos esses que foram abordados em outros capítulos, estão intrinsecamente relacionados ao que entende-se hoje pelo perfil de autores/as que são responsabilizados/as.

No Sistema Penitenciário Brasileiro o perfil dos sujeitos encarcerados segundo dados analisados por Fonseca, et. al.(2019)

Autores que buscam avaliar o contexto prisional brasileiro, assim como avaliações oficiais do Ministério da Justiça (2014), apontam que a execução penal apenas agrava as condições anteriores ao sentenciamento, além de que o objetivo de ressocialização não se cumpre. Do mesmo modo, sabe-se que o maior contingente da população carcerária brasileira é a do sexo masculino, indicando que o homem negro, pobre, morador de periferia e

sem escolarização torna-se o maior alvo do sistema prisional (Ministério da Justiça, 2014; Monteiro & Cardoso, 2013)(FONSECA, et. al. 2019, p.401).

Assim, entende-se que os sujeitos encarcerados, majoritariamente são aqueles que, no cotidiano vivem as agruras das desigualdades de classe e raça. Ao compreender que para a violência sexual contra crianças e adolescentes não existem barreiras de classe, de raça e de gênero, mas, como evidenciado no decorrer deste trabalho, de um lado estão as crianças mais vitimizadas, que são elas do sexo feminino, negras e pertencentes a classes sociais mais desprovidas de recursos, e do outro lado, estão os/as autores/as de tal violência, neste caso referindo-se aqueles que se encontram no sistema penal, com predominância do sexo masculino, negros e pertencentes também a classes sociais mais vulneráveis.

As similaridades entre estes dois grupos se dão através de uma estrutura social que produz e reproduz relações de dominação, exploração e opressão a sujeitos historicamente estigmatizados e marginalizados. Angéla Davis (2016) em *Mulheres, Raça e Classe*, explana que nos Estados Unidos na década de 1870 existia o mito do homem negro estuprador, onde este fora criado para justificar e perpetuar a política de linchamento social contra pessoas negras. O mito do homem negro estuprador não passava de uma artimanha da supremacia branca para continuar com racismo, onde justificava-se o linchamento de uma pessoa pelo estupro (não cometido) de uma mulher branca.

Assim, o fato do sistema prisional brasileiro ter, em sua maioria, pessoas negras encarceradas, não quer dizer que apenas pessoas negras cometem crimes, muito pelo contrário, o sistema prisional é também expressão do racismo estrutural. Deste modo, é necessário maior aprofundamento sobre essa realidade, para poder compreender também a magnitude deste fenômeno, além de ser necessário políticas de responsabilização de todos os sujeitos e não só de determinado grupo. A responsabilização deve ocorrer em consonância ao que está estabelecido na Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, onde em seu capítulo II, seção I, estabelece que “Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, é dever do estado oferecer assistência para o egresso também, onde se define “Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III -jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa”.

A vista disso, os/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes devem em seu período responsabilizatório ter acesso as assistências antes descritas, entretando, é sabido que esta não é uma realidade. Desta forma, é importante socializar as informações de intervenções realizadas com os/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar, com vistas as construir maiores subsídios para futuras práticas.

A construção social dos sujeitos, e aqui dando maior enfoque para a construção dos homens, ou, do que se entende pelo ser homem em seu sentido sociocultural, está intrinsecamente relacionado e produzido pela estrutura social. Desta forma, para compreender como os sujeitos se relacionam cotidianamente com o meio social, é necessário o aprofundamento nas bases estruturais da sociedade, como evidenciado no decorrer do presente trabalho. Assim, como demonstrado no item anterior, onde se evidencia que a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes é perpetuado por homens, entende-se que existe uma relação historicamente construída e intrínseca aos papéis atribuídos socialmente aos sujeitos, aos homens o Poder do Macho (SAFFIOTI, 1987) e a Dominação Masculina (BOURDIEU, 2012).

Em nossa perspectiva esses autores são sujeitos históricos, produtos e produtores de uma sociedade marcada pela dominação masculina, presente no sistema de gênero patriarcal, ainda vigente. Portanto consideramos que tais sujeitos são construídos e construtores de um contexto, no qual estão inseridos. O contexto das representações de gênero dos autores de violência sexual é marcado por uma sociedade que lhes exige aspectos inerentes a ideologia machista que lhes impõe a virilidade, o poder, a dominação e a heterossexualidade. A mulher é desvalorizada e coisificada (FREITAS, SOARES, 2013, p.7).

Nesta perspectiva, ao compreender que os sujeitos são historicamente construídos e que essa relação é baseada na estrutura social, é possível verificar que o encarceramento por si só, não é eficaz e nem cumpre seu sentido ressocializador se não for realizado na perspectiva da responsabilização dos sujeitos de forma que os mesmos possam refletir sobre seus atos e ressignificar seu modo de agir. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2009), além de compreendê-lo como sujeito histórico, também aponta que o homem através dos conceitos construídos e perpetuados socialmente como a masculinidade, onde este é entendido como o sujeito que mais perpetua formas de violência, seja contra mulheres, crianças ou outros homens, e, que ao mesmo tempo está mais vulnerável

a sofrer violências, sejam elas em mortes violentas, em acidentes de trabalho e afins.

O conceito de masculinidades surge nos estudos de gênero, inicialmente trabalhado por R. W. Connell, principalmente através da publicação de seu livro "Masculinities", em 1995. Connell (1995, pp. 188) define masculinidade como "uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero". O autor ainda afirma que existe um modelo hegemônico de masculinidade, "tão predominante que muitos crêem que as características e condutas associadas ao mesmo sejam 'naturais'" (CONNELL, 1995, p. 190) (LIMA, 2013, p.84).

Assim, compreende-se que o universo dos/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes é composto por multifatores, onde é importante entender que "ao analisarmos a questão dos/as autores/as de violência sexual, que esses sujeitos têm histórias de vida, que interferem em seu comportamento, suas representações sociais e de gênero" (FREITAS, SOARES, 2013, p.8).

Desta forma, é necessário que a responsabilização dos/as autores/as de abuso sexual de crianças e adolescentes potencialize seus processos reflexivos, onde possam ressignificar suas histórias e condutas, objetivando assim também diminuir a reincidência em ações de violência, o Brasil vem desenvolvendo poucas intervenções com os/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescente. No contexto nacional existe uma incipiência de experiências de trabalho, caminhando assim a passos lentos para a efetivação de ações que visem o trabalho em conjunto ao autor/a de violência.

O atendimento à pessoa que comete violência está previsto no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, e requer das instituições e da sociedade uma mudança de paradigma, em relação a punir versus tratar (MENESES, et. al. 2016, p.98).

É possível observar que existe maior iniciativa de acompanhamento aos autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes por profissionais da área da Psicologia, entretanto, como ressalta Bastos et al (2019), é importante que as intervenções e estudos sejam realizados de forma interdisciplinar, visto que a violência sexual é um fenômeno multifacetado e que a participação do Serviço Social e outras profissões contribuem para o fortalecimento da prática. Desta forma, foram analisados através de uma pesquisa bibliográfica produções científicas de relatos sobre intervenções, acompanhamentos e atendimentos de autores/as de

abuso sexual contra crianças e adolescentes, ao todo foram selecionadas 6 produções nacionais.

Nestas produções, o encaminhamento dos/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes era realizado em sua maioria por imposição judicial e encaminhamentos territoriais como, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Unidade Básica de Saúde - UBS. Em intervenções realizadas com adolescentes autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes, o encaminhamento era realizado pelo Conselho tutelar, Vara da Infância e da Juventude e de forma voluntária. No artigo “Intervenção Psicossocial com o Adulto Autor de Violência Sexual Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes” (2016), a maioria das intervenções eram realizadas com sujeitos que já tinham cumprido sua pena e eram encaminhados ao serviço de atendimento, assim como grande parte dos outros trabalhos analisados também realizavam o acompanhamento aos sujeitos pós cumprimento de pena.

A maioria dos participantes já cumpriu suas penas, e são recebidos na instituição por encaminhamento da Vara de Execuções Penais, ou da Vara de Execuções de Penas em Meio Aberto, ou da Promotoria de Violência Doméstica. O encaminhamento proveniente dessa última Vara explica porque, nesse grupo, havia um ofensor de vítima com 24 anos com deficiência intelectual. O encaminhamento é sob obrigação, e a participação no grupo é sigilosa (MENESES, et. al. 2016, p.101).

Em três artigos dos sete analisados a equipe que acompanha os/as autores/as era composta por psicólogos, assistentes sociais e psiquiatra, em outra tinha o acréscimo de enfermeiras na equipe e estudantes estagiários, nos demais a equipe centrava-se em psicólogos ou não apontavam quem fazia parte da equipe executora. A metodologia utilizada nos acompanhamentos se diferenciava em alguns artigos, mas grande parte realizava acompanhamento individual e grupal. O acompanhamento individual era utilizado para realizar as primeiras entrevistas, como também realizar o atendimento psicológico e psiquiátrico quando necessário. Os grupos⁹ eram realizados para maior interação entre os participantes, visando a criação de vínculo e troca de conhecimentos, como também para delinear a

⁹ É importante ressaltar que a escolha metodológica de intervenções com grupos é muito utilizada em diferentes abordagens, o grupo se destaca pelo fato de que “O ser humano é gregário por natureza e somente existe, ou subsiste, em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, o indivíduo participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social” (ZIMERMAN, 1997, p.26).

abordagem escolhida, a exemplo do psicodrama (CAFÉ, NASCIMENTO, 2012).

O método utilizado pelos psicólogos que assistem o Grupo é baseado na Teoria de Papéis, ou psicodrama, que propõe um auto esclarecimento sobre os papéis que exercemos no cotidiano, a fim de perceber se esses estão sendo realizados a partir de reflexões sobre a ação ou simplesmente por reflexos. Essa teoria, como tem sido abordada no Grupo, sugere que ações realizadas por reflexos são baseadas, não em instintos do corpo biológico, mas na lógica histórica e social em que o indivíduo está inserido (LIMA, N.S 2013, p.86).

Observa-se que a principal função dos acompanhamentos realizados são baseados na reflexão do sujeito, refletindo sobre os papéis atribuídos socialmente e sua reprodução. Em outros trabalhos as intervenções se deram através do acompanhamento individual e a utilização de um instrumento chamado – SVR- 2.0¹⁰ (FONSECA, et. al. 2019), esse instrumento não é utilizado no Brasil, por isso se trata de um estudo exploratório, contudo, é um instrumento reconhecido e utilizado internacionalmente.

Para avaliar o risco de reincidência em adultos ofensores sexuais, o Sexual Violence Risk (SVR-2.0) é um instrumento que sistematiza a informação recolhida sobre um indivíduo, identificando áreas problemáticas (Andrés-Pueyo & Hilterman, 2005; Gonçalves & Vieira, 2004). O instrumento é composto por um conjunto de fatores de risco para violência e, principalmente, para violência sexual, listados de forma objetiva e pragmática (FONSECA, et. al. 2019, p.392).

O instrumento SVR- 2.0, tem como objetivo apontar possível reincidência ou não, sobre os sujeitos que estão por cumprir seu período de reclusão. Como não existem muitas discussões sobre este instrumento no Brasil, trata-se apenas de um relato e não um apontamento, para a efetivação de um instrumento assim é necessário um acompanhamento longitudinal (FONSECA, 2019). Outros instrumentos e técnicas utilizados nos demais acompanhamentos se resumem em entrevistas informais e semi estruturadas¹¹.

Sobre o termo utilizado para se referir aos sujeitos que participavam das intervenções, a maioria dos trabalhos analisados faziam uso de “autores de abuso

¹⁰ SRV- 2.0 Sexual Sexual Violence Risk . Exemplo em Anexos

¹¹ “Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p.109). “A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número” (GIL, 2008, p.113).

sexual contra crianças e adolescentes” e apenas um utilizava o termo “adultos ofensores sexuais”, pode-se observar que grande parte das iniciativas existentes de acompanhamento usam termos que não estigmatizam os sujeitos. O tempo de duração do acompanhamento se difere em cada instituição, entretanto, em sua maioria não passam de oito meses de acompanhamento. Apenas um artigo relatava que as intervenções eram realizadas a quatro anos, onde existiam sujeitos que estavam em acompanhamento a mais de dois anos, ficando a cargo dos indivíduos permanecer ou não nas intervenções (LIMA, 2013).

Nos trabalhos analisados é ressaltado que a relação que se estabelece com os/as autores/as encaminhados pode ser evidenciada de duas formas, primeiramente um certo desconforto por parte dos/as autores/as, visto a imposição judicial e a negação do ato cometido, entretanto também existem intervenções em que os/as autores/as sentiram-se bem por não haver a estigmatização quando se colocavam a falar e participar. Enquanto na intervenção realizada com adolescentes, onde o acompanhamento é multifamiliar, é relatado a potencialidade do acompanhamento para o adolescente conhecer seus direitos e compreender questões de vulnerabilidade, visto que grande parte dos sujeitos atendidos vivenciam esta realidade (BASTOS et al, 2019).

Por meio do grupo, são trabalhadas as situações de vulnerabilidade social, os adolescentes e familiares ainda conhecem melhor os seus direitos, os trâmites do Sistema de Justiça, a rede de proteção e onde buscar apoio, favorecendo a criação de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social (BASTOS et al, 2019, p.8).

Assim, ressalta-se que o trabalho em grupo possibilita às famílias uma intervenção conjunta, aumentando a troca de conhecimentos, possibilitando um espaço de escuta e compartilhamento (BASTOS, 2019). É sabido que a intervenção com os/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes deve ser realizada de forma respeitosa e humanizadora para maior potencialidade na ressignificação dos sujeitos, afinal esse processo deve emergir dos/as autores/as, tendo a equipe executora como principal fomentadora desse processo.

Estudos qualitativos com a população de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes poderiam contribuir decisivamente para a compreensão dos fatores motivadores da ocorrência da agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar, bem como na proposição de intervenções que possuam uma perspectiva preventiva e terapêutica. Outra

possibilidade seria a realização de estudos longitudinais, que facilitariam o esclarecimento das relações entre a prática da agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar e a reincidência (COSTA, L. P., et. al. 2018, p.293).

As intervenções com os/as autores/as de abuso sexual contra crianças e adolescentes ainda não somam uma grande rede de atenção, contudo, mesmo as poucas experiências executadas sinalizam a potencialidade do acompanhamento. Além disso, mais pesquisas precisam ser desenvolvidas sobre os/as autores/as, visto que o abuso sexual de crianças e adolescentes cresce a cada ano, evidenciando o caráter multifacetado da violência e que são necessárias diferentes intervenções ao fenômeno. Observa-se que “somente compreendendo de forma profunda esse processo de produção da violência pelos autores será possível construir intervenções efetivas no combate à violência sexual. (Fonseca, M. C. F., et. al. 2019, p.404).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho em questão foi possível observar que a violência em seu sentido amplo, como o ato de anular o outro e a partir disso podendo se manifestar de diversas formas (CHAUÍ, 1985), sempre esteve presente na vida humana, seja no processo que se inicia no estado da Barbárie até a Civilização (ENGELS, 2020), como evidenciado neste trabalho. Entretanto, através das transformações sociais que decorrem até a atualidade, a violência também se modificou. Na passagem da família sindiásmica para a família monogâmica, que ocorre no estado da civilização, outros dois fatores se estabeleceram na sociedade: o patriarcado entendido pela ordem de dominação dos homens sobre os demais sujeitos e a propriedade privada onde se instaura o modo de produção capitalista.

No patriarcado, em seu sentido originário, o homem estabelece relações de dominação sobre sujeitos livres e não livres (ENGELS, 2020), o modo de produção capitalista que surge pela propriedade privada e se estabelece pela não socialização das riquezas socialmente produzidas, incorpora os preceitos do patriarcado onde este acompanha as mudanças do modo de produção capitalista, ou seja, relações de dominação, exploração e opressão.

Observou-se que as relações de dominação, exploração e opressão, se estabelecem na sociedade e nas diversas configurações da família contemporânea, pois elas são produzidas e (re)produzidas pelos indivíduos. A família contemporânea, mesmo modificada, carrega traços da família nuclear burguesa patriarcal, pois é na estruturação do modo de produção capitalista (o qual a família contemporânea é vivenciada), evidenciado no decorrer do trabalho pela estrutura e superestrutura, onde na superestrutura centra-se o papel ideológico do modo de produção capitalista, que reverbera assim a reprodução dos conceitos de dominação, exploração e opressão, no interior do núcleo familiar.

Desta forma, a violência que se observa cotidianamente seja no espaço público como no âmbito privado, está intrinsecamente relacionada ao patriarcado e ao modo de produção capitalista. A dominação, exploração e opressão dos sujeitos estabelece características precisas e é perpetuada socialmente, a violência que culmina no interior da família, é o reflexo da sociabilidade capitalista. Assim, evidenciou-se no decorrer do trabalho que o abuso sexual intrafamiliar contra

crianças e adolescentes é também reprodução da tríade dominação, exploração e opressão, sobre os sujeitos em desenvolvimento, crianças e adolescentes.

Segundo dados socializados no interior do trabalho, o abuso sexual de crianças e adolescentes é perpetuado em sua maioria por homens com idade superior aos 25 anos. Comumente o abuso sexual de crianças e adolescentes é associado ao termo patológico de pedofilia, entretanto, evidenciou-se no trabalho o contrário, a maior parte dos/as autores/as de abuso sexual de crianças e adolescentes não são diagnosticados com a patologia. O que demonstra que muitos desses sujeitos reproduzem aquilo que são socializados, ou seja, se a sociedade aponta para a dominação, exploração e opressão dos sujeitos, logo, os indivíduos vão reproduzir essas práticas em menor ou maior grau.

Como explanado no trabalho, Saffioti (1989) explica que esses processos de dominação, exploração e opressão, reverberam nos sujeitos o que ela denomina de "síndrome do pequeno poder", onde os sujeitos tendem a reproduzir práticas hierárquicas que são socializados, com indivíduos julgados por ele como subalternos, ou seja, mulheres, crianças e outros. Se tratando de crianças e adolescentes, outro aspecto importante que foi analisado são as práticas adultocêntricas, onde crianças e adolescentes são subjugadas por adultos.

Desta forma, as relações patriarcais, sexistas, racistas reverberam na sociedade capitalista, ocasionando a dominação dos homens sobre mulheres, crianças e demais sujeitos. Dado este panorama, foi possível observar que o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes tem e seu cerne a dominação masculina.

Compreender os/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar é importante para romper com o ciclo da violência, pois sabe-se que apenas a medida de restrição de liberdade, não provem os mecanismos para a responsabilização dos sujeitos com vias ressocializatórias. São necessárias medidas que visem compreender o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar em sua totalidade, observando também seus determinantes sociais.

Nas experiências analisadas de acompanhamento e atendimento à autores/as de abuso sexual intrafamiliar, foi possível observar a potencialidade dessas intervenções, visto seu sentido socioeducativo. Contudo, no Brasil ainda são poucas as experiências existentes, apontamentos sobre a importância e necessidade de acompanhamento e atendimento de autores/as de abuso sexual

intrafamiliar em documentos como o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013) e no caso do Rio Grande do Sul, o Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2019) são de suma importância para a efetivação dessas medidas em território nacional.

Desta forma, não é possível afirmar que o atendimento/acompanhamento de autores/as de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes contribui ou não para a não reincidência destes na violência, pois não foram encontrados muitos estudos longitudinais com estes/as autores/as, o que dificulta uma análise concreta da situação. Entretanto, através dos estudos realizados verifica-se que as intervenções potencializam os processos reflexivos dos sujeitos, o que impacta diretamente em suas ações.

Contudo, ainda é necessário expandir a produção e publicização de conhecimento acerca do assunto, dando subsídios para políticas públicas que atendam este segmento. É sabido que a sociedade é composta por diversos tabus que repercutem no cotidiano social, como a responsabilização de autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, grande parte da sociedade repudia com veemência autores/as de tais violências, mas não buscam compreender em sua totalidade. Repudiar e estigmatizar os sujeitos não contribuiu para o enfrentamento do fenômeno, apenas mistificam ainda mais as suas causas. Na medida em que se entende o fenômeno em sua totalidade é possível agir para superá-lo.

É também imprescindível que a formação de profissionais ligados às áreas de responsabilização e acolhimento desses sujeitos, tenham em suas dimensões técnico-operativas condições e formação para o acompanhamento/atendimento dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar. Além disso, é importante a criação de projetos de lei que visem regulamentar esses atendimentos/acompanhamentos para sua maior efetivação.

Dito isto, o trabalho teve como objetivo também a organização dos temas apresentados como forma de socialização de conhecimentos acerca dos/as autores/as, com vias a servir como subsídio também para novas abordagens. Destaca-se aqui o caráter contínuo da pesquisa, por ser um fenômeno multifacetado e com grande complexidade, o aprofundamento também deve ser contínuo e nunca esgotável. Sabe-se que a educação é libertadora e deve ser usada como

instrumento para superar o modo de produção capitalista e suas mazelas, buscando construir uma sociedade sem dominação, exploração e opressão de qualquer sujeito.

REFERÊNCIAS

- AIRES, L. **Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional**. Lisboa: Universidade Aberta. 2015.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279
- ALBERTON. Mariza Silveira. **Violação da Infância: crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam!** Porto Alegre. AGE, 2005
- ARUZZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. 23 ed. Revista Outubro, 2015. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/revista/cinzia-aruzza/>>. Acesso em: 02 mar. 2021.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e Abuso Sexual na Família - Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n.2, p.3-11, jul./dez. 2002
- AZAMBUJA, Maria R. F. de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Textos & Contextos. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº5, ano V, nov. 2006
- AZEVEDO, Maria Amélia Nogueira de; GUERRA, V N A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. [S.l: s.n.], 1989.
- BASTOS, et al. **Grupo Multifamiliar: Uma Proposta De Intervenção Psicossocial Com Adolescentes Autores De Violência Sexual** v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- BOURDIEU, Pierre, 1930-2002 **A dominação masculina**/Pierre Kühner. - 11º ed.Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço** / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. Violência contra Crianças e Adolescentes: **Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.
- BRASIL. **Plano Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes**. Faça Bonito, 2002.
- BRASIL. **Plano Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes**. Faça Bonito, 2013.
- BRASIL. **Plano Estadual De Enfrentamento À Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes**. Porto Alegre. 2019.
- BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM**.

Ministério da Saúde, Brasília, 2009.

BRASIL. 27º Boletim Epidemiológico. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017** - Secretaria de Vigilância em Saúde Ministério da Saúde - Volume 49 | Jun. 2018

BRASIL. **Disque Direitos Humanos - Relatório 2019**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2020

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. ISSN 1983-7364. ano, 14.- 2020]

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

_____. **LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888**, Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm
Acesso em: 2.mar. 2021

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acesso em: 25, mar. 2021

_____. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 25, mar. 2021

_____. **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Dispõe sobre a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso em: 20, abril. 2021

BRAGA, Diana Sampaio et al.. **O adultocentrismo e a socialização de gênero dos adolescente como aspectos naturalizantes do abuso sexual**.. Anais XIII CONAGES. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42155>. Acesso em: 20/03/2021 15:15

BRUSCHINI. Cristina. **Teoria Crítica da Família** - Infância e Violência doméstica: Fronteiras do conhecimento/ Maria Amélia Azevedo, Viviane N. de A. Guerra, (organizadoras) - 5.ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2009

CAFÉ. Mônica Barcellos, NASCIMENTO. Nilton Inacio do, **O Psicodrama E O Atendimento Aos Autores De Violência Sexual** Rev. bras. psicodrama vol.20 no.2 São Paulo dez. 2012

CHAUÍ, M. (1985). **Participando do debate sobre mulher e violência**. Em Perspectivas Antropológicas da Mulher (pp.25-62). Rio de Janeiro: Zahar

CHAUÍ, M. **Sobre a violência** / Marilena Chauí; organizadoras Ericka Marie Itokazu, Luciana Chaui-Berlinck.--1.ed.; 2. reimp. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. --(Escritos de Marilena Chauí; v.5)

CHILDHOOD. **Dados da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - 2020**

COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção**. Crítica Marxista, n.31, p.63-82, 2010.

COSTA, Lucilene Paiva da; ROCHA, Carlos Joaquim Barbosa da, CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. **Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar**. Trends Psychol. [online]. 2018, vol.26, n.1, pp.283-295. ISSN 2358-1883. <https://doi.org/10.9788/tp2018.1-11pt>.

DA SILVA, José Fernando Siqueira. **Violência e desigualdade social**: desafios contemporâneos para o Serviço Social. Ser Social, Brasília, n. 19, p.31-58, jul./dez.2006

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G.. Violência: um problema global de saúde pública. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1163-1178, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>. Acesso em: 10 abril. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p

ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**/Friedrich Engels; tradução Leandro Konder; Aparecida Maria Abranher. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: BestBolso, 2020

FREITAS, Solange Bassetto de. SOARES, Ana Cristina Nassif. **AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA** - Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

FONSECA, Matheus de Costa F. SETUBAL, Cássio Bravin. COSTA, Liana Fortunato. **Adulto autor de violência sexual: estudo exploratório de avaliação de risco de reincidência**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 12(2), 2019, 389-409

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras /bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo, Brasiliense, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 1. Reedição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Natâ Souza. **Quando Os Donos Da Mordaca Falam** – Abuso Sexual E Masculinidades Na Perspectiva Dos Autores - Revista Habitus | IFCS-UFRJ Vol. 11 – N.2 – Ano 2013

LERNER, Gerda, 1920-2013. **A Criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. - São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA. Sergio. **O PROCESSO DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO SOCIAL; TRABALHO E SOCIABILIDADE** - Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, p. 20-33, CEAD-UNB, 1999

LESSA. Sérgio. **A Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács** - Serviço Social e Sociedade, v. 52, p.7-23, Ed. Cortez, S. Paulo, 1996

LESSA. Sergio. **PARA COMPREENDER A ONTOLOGIA DE LUKÁCS** - 4ª Edição Instituto Lukács, São Paulo, 2015

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MENESES, F. F. F, STROHER, Lucy Mary C, SETUBAL, Cassio B, WOLFF, Lana dos S, COSTA, Liana F. **Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes**. Contextos Clínic vol.9 no.1 São Leopoldo jun. 2016

MIOTO. Regina Célia Tamasso - **A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: contribuições para o debate. Palestra proferida no Ministério da Assistência Social/Brasília em novembro de 2003.

MINAYO, MCS. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books .

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

OUDSHOORN, Judah. **Justiça restaurativa em casos de abuso sexual: esperança na superação do trauma**/Judah Oudshiorn, Lorraine Stutzman Amstutz, Michelle Jackett; tradução Tônia Van Acker.-São Paulo: Palas Athena, 2019.-(Série da Reflexão à Ação)

PEDERSEN, Jaina Raqueli; QUADRADO, Jaqueline Carvalho; VIEIRA, Monique Soares. **O Enfrentamento das múltiplas expressões de violência contra crianças e adolescentes**: Contribuições das pesquisas acadêmico-científicas- Temas sem Fronteiras: a pesquisa e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social / Organizadoras: Rosilaine Coradini Guilherme, Loiva Mara de Oliveira Machado, Jaina Raqueli Pedersen e Monique Soares Vieira. São Borja: Unipampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019.

RODRIGUES, Maria Natividade Silva, **Violência Intrafamiliar**: O abuso sexual

contra crianças e adolescentes / Maria Natividade Silva Rodrigues, Jundiaí, Paco Editotial: 2017

ROLIM, Marcos. **Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**, Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de Gênero, Poder e Impotência**. Copyright © 1995 by Livraria e Editora Revinter Uda.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. /Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. -2.ed.- São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.. S134p. **O poder do macho** / Heleieth I.B. Saffioti. -- Sao. Paulo: Moderna, 1987.

SANCHEZ. Raquel Niskier. MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde**. Violência faz mal à saúde / [Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al.]. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). CAPÍTULO III. p.29-38.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ESBER, Karen Michel; SANTOS, Izabela Barbosa de C. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico** - Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência : construindo uma cultura de prevenção à violência sexual** / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito. -- São Paulo : Childhood - Instituto WCF-Brasil : Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SILVA. José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008

TOLEDO, Laisa Regina Di M. C. **A Família contemporânea e a Interface com as Políticas Públicas** - Ser Social, Brasília, v.27, p. 13-44, jul./dez. 2007.

ZIMERMAN, D.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro para coleta de dados sobre características dos/as autores/as de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes e perspectivas de atendimento/acompanhamento.

1. Sexo:
2. Faixa Etária:
3. Raça/Etnia:
4. Escolaridade:
5. Parentalidade com a vítima:
6. Renda:
7. Profissão:
8. Outra informação relevante:
9. Metodologia de trabalho utilizada:
10. Abordagem individual e/ou grupal:
11. Técnicas/instrumentos de trabalho utilizados
12. Profissionais responsáveis por esse trabalho (quem realiza as ações)
13. Com que perspectiva os/as autores/as são tratados
14. A participação dos/as autores/as ocorre de forma voluntária ou por imposição judicial
15. Que resultados são observados com o trabalho desenvolvido junto aos/as autores/as
16. Duração do trabalho desenvolvido (pontual ou algo mais contínuo)
17. Outra informação relevante:

ANEXOS

Anexo 1: Exemplo do instrumento SRV 2.0

Fonseca, M. C. F., et. al.

398

Quadro 1. Instrumento SVR2.0 preenchido

	Presença (N, ?, S, O)	Mudança Recente (+, 0, -)
Ajustamento Psicossocial		
1. Desvio Sexual	N <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
2. Vítima de abuso na infância	N <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
3. Psicopatia	<input checked="" type="checkbox"/> ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
4. Perturbação mental grave	<input checked="" type="checkbox"/> ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
5. Problemas associados ao uso de substâncias	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
6. Ideação suicida/homicida	N ? S <input checked="" type="checkbox"/>	+, 0, -
7. Problemas de relacionamento	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
8. Problemas no emprego	<input checked="" type="checkbox"/> ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
9. Passado de ofensas violentas não sexuais	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
10. Passado de ofensas não violentas	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
11. Passado de fracasso em medidas alternativas ou de flexibilização	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
Desvio Sexual		
12. Frequência elevada de ofensas sexuais	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
13. Ofensas sexuais de múltiplos tipos	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
14. Ofensas sexuais com agressões físicas	<input checked="" type="checkbox"/> ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
15. Ofensas sexuais com uso de armas ou ameaça de morte	<input checked="" type="checkbox"/> ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
16. Escalada na frequência ou gravidade das ofensas sexuais	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
17. Extrema minimização ou negação das ofensas sexuais	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
18. Atitudes de apoio ou desvalorização das ofensas sexuais	N ? <input checked="" type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
Planos Futuros		
19. Ausência de planos realistas	N ? S <input checked="" type="checkbox"/>	+, 0, -
20. Atitudes negativas face à intervenção	<input checked="" type="checkbox"/> ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, <input checked="" type="checkbox"/>
Outras Considerações		
21.	N ? S <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/>	+, 0, -
Risco de Violência Sexual:	Baixo () Médio () Alto (<input checked="" type="checkbox"/>)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Fonte: FONSECA, M. C. F., et al 2019, p.398